



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CIÊNCIAS SOCIAIS

ISABELLA CUNHA DE FREITAS PEIXOTO

“EMPREENDER”: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TRABALHO POR CONTA
PRÓPRIA NAS PERIFERIAS BRASILEIRAS

FLORIANÓPOLIS

2024

ISABELLA CUNHA DE FREITAS PEIXOTO

**“EMPREENDER”: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TRABALHO POR CONTA
PRÓPRIA NAS PERIFERIAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador: Dr. Jacques Mick

FLORIANÓPOLIS

2024

Peixoto, Isabella Cunha de Freitas

"EMPREENDER": :AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TRABALHO POR
CONTA PRÓPRIA NAS PERIFERIAS BRASILEIRAS / Isabella Cunha
de Freitas Peixoto ; orientador, Jacques Mick, 2024.

100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. empreendedorismo. 3.
interseccionalidade. 4. trabalho autônomo. I. Mick,
Jacques. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

“Empreender”: as múltiplas dimensões do trabalho por conta própria nas periferias brasileiras

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de bacharelado em Ciências Sociais.

Florianópolis, 9 de Abril de 2024

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Dr. Jacques Mick, Orientador

Profa. Dra. Thaís de Souza Lapa, UFSC

Doutorando Lucas Maciel Ferreira, UFSC

Florianópolis, 2024

“Porque um ponto importante é você conseguir criar uma teoria que outros pensadores possam aderir ao campo filosófico, que isso possa ser estudado, possa evoluir, para que esses pensadores possam levar isso também para o campo prático, porque eu não acredito no

academicismo assim, onde uma teoria ela reside simplesmente dentro da academia. Ela tem que ser colocada em prática e servir para um bem social.” (Entrevistado H7)

RESUMO

Essa pesquisa possui o objetivo de compreender os diferentes significados do termo “empreendedor” para o trabalho por conta própria de periferias, segundo a percepção de 25 ativistas de organizações sociais que apoiam trabalhadores por conta própria. A análise interseccional é aplicada à metodologia exploratória para demonstrar as diferenças entre os quatro grupos de ativistas entrevistados. A análise também é separada em categorias analíticas a partir da leitura das transcrições das entrevistas. As categorias temáticas representam os temas principais do trabalho: a precariedade e resistência dos trabalhadores por conta própria, as especificidades de suas experiências a partir de raça e gênero, e o conceito de empreendedorismo em suas múltiplas definições e execuções.

Palavras-chave: empreendedorismo; trabalho autônomo; interseccionalidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PT	Partido dos Trabalhadores
MEI	Microempreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A POLÍTICA E A LÓGICA NEOLIBERAL	14
2.1 Neoliberalismo: as políticas e seus efeitos práticos	14
2.1.1 O globo	14
2.1.2 América Latina	16
2.1.3 Brasil	21
2.2 O empreendedor como sujeito central da economia neoliberal	25
3. O TRABALHO SEM PATRÃO NA PERIFERIA	
33	
4. METODOLOGIA	45
4.1 O método interseccional	47
4.2 As entrevistas do estudo	53
4.3 A análise	54
4.4 As categorias temáticas	55
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	56
5.1 Homens brancos	56
5.2 Mulheres brancas	63
5.3 Homens negros	67
5.4 Mulheres negras	73
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6.1 Homens brancos	86
6.2 Mulheres brancas	87
6.3 Homens negros	88
6.4 Mulheres negras	89
7. REFERÊNCIAS	94

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem transformado-se a partir de novos graus de flexibilização do trabalho, criando assim novos modelos e categorias de trabalho nas últimas décadas, que englobam desde contratos temporários ao trabalho sem padrão. A realidade de muitos brasileiros é marcada pela informalidade, considerando que 39 milhões de trabalhadores do país são informais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2023. Para o Brasil, assim como para diversos países da América Latina, o trabalho informal não é um fenômeno recente, consistindo em um processo enraizado e interconectado com a desigualdade de raça e gênero provenientes de séculos de colonização e escravidão. Como evidenciam estudos recentes, as barreiras sistêmicas que afetam o acesso de certos grupos ao trabalho formal demonstram a conexão entre informalidade e discriminação estrutural no país. A abordagem interseccional do trabalho mostra substancialmente como os diferentes marcadores de raça, classe e gênero e suas encruzilhadas são fatores que perpetuam a desigualdade. Assim, esta pesquisa examina o trabalho informal, mais especificamente, o trabalho por conta própria de periferias brasileiras, considerando as clivagens de raça e gênero como seus pilares principais.

A fase atual do capitalismo é marcada por políticas neoliberais de flexibilização e perda de direitos trabalhistas, assim como pela propagação de um novo ideário que enaltece a responsabilidade individual pela reprodução social e sobrevivência, alta adaptabilidade e inovação, autodisciplina e meritocracia como modelo de ética pessoal e de existência na sociedade (DARDOT E LAVAL, 2016). Essencial para o funcionamento e propagação da racionalidade neoliberal é a figura do empreendedor, representando simultaneamente um conjunto de ideias que estimula a maior produção dos trabalhadores e uma prática gerencial que justifica a desigualdade exponencial.

Considerando a ideologia neoliberal e o empreendedorismo como discursos que propagam a responsabilização do trabalhador e a justificação da desigualdade, é perceptível um contraste entre tal discurso e a realidade do trabalho informal no Brasil, marcada por um processo histórico que acentua desigualdades estruturais e barreiras de gênero e raça no mercado de trabalho. Assim, o trabalho por conta própria de periferia se encontra no “olho do

furacão” entre duas percepções contrastantes sobre a natureza do trabalho e do próprio capitalismo.

O que este trabalho se propõe a investigar são as diversas percepções sobre o trabalho por conta própria periférico e o termo “empreendedorismo”: o trabalho por conta própria periférico pode ser definido como empreendedorismo? As ideias opositoras se apresentam de forma contrastante ou coexistente no discurso? A identidade de gênero e raça afeta as concepções sobre o trabalho por conta própria e sobre a racionalidade neoliberal? Essas são algumas perguntas que irão direcionar a pesquisa, que se propõe a aprofundar sobre as diferentes configurações de hegemonia e resistência para trabalho sem patrão.

No capítulo I será apresentado o conceito de neoliberalismo como medidas políticas e econômicas do capitalismo em sua fase atual; através de uma breve análise de seu surgimento no Norte Global, América Latina, e finalmente no Brasil, serão apresentadas as mudanças políticas que geram as novas estruturas de classe e trabalho, marcando o contexto geral de nossa análise sobre empreendedorismo. Igualmente, será trabalhada a mudança de paradigma em relação ao trabalho informal, contextualizando esse fenômeno não como um sintoma de economias atrasadas ou em desenvolvimento, mas como um molde de trabalho global neoliberal contemporâneo. Assim, o trabalho informal será abordado como fenômeno mundial associado ao neoliberalismo, apresentando seus efeitos na política econômica desde o nível global até as relações de trabalho locais (GUERRY, 1987 apud MULLER, 2022).

Além disso, será abordado os efeitos de uma economia neoliberal em escala global para países subdesenvolvidos, como muitos da América Latina, enredados em submissão por uma história de dependência, exploração e colonização. O Brasil, assim como outros países da América Latina, ingressou na onda de flexibilização, assumindo novas políticas neoliberais a partir dos anos 1980 e 1990 para se tornar competitivo em escala global. Algumas das consequências das políticas da época foram o fortalecimento de oligopólios privados estrangeiros, a desestruturação de grupos políticos regionais, enfraquecimento de sindicatos e demissões em massa, assim como a consolidação de políticas neoliberais pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como a consolidação de serviços pela figura jurídica, o Microempreendedor Individual (MEI).

Deste modo, caracterizamos algumas mudanças político-econômicas que serão plano de fundo para o que será conceituado na segunda parte como a figura do empreendedor e o surgimento da racionalidade neoliberal. A partir de diferentes autores, a figura do

empreendedor foi conceituada como uma ideologia justificadora de desigualdade social sucessiva, a personificação de todas as características mais valorizadas no capitalismo neoliberal: independência, competitividade e meritocracia são valorizados,

Leite e Lindoso (2022) sintetizam o movimento como simultaneamente, um conjunto de ideias que estimula a maior produção dos trabalhadores, assim como uma prática gerencial que impulsiona certas características para justificar a desigualdade exponencial e justificar o apagamento da consciência de classe, da competitividade e da autogestão.

No capítulo II, serão exploradas especificamente as economias periféricas e as contraposições teóricas acerca do trabalho informal. A partir de Veronica Gago (2018), podemos perceber que o empreendedorismo de periferia não ocorre seguindo todos os moldes da agenda ou racionalidade neoliberal, sem atritos. A vivência e experiência dos indivíduos e da comunidade recombina e redefine os traços do que chamamos de racionalidade neoliberal, saindo do sentido hegemônico, criando o seu próprio sentido da palavra e do próprio trabalho autônomo.

Mick e Nogueira (2023) igualmente mencionam a ambiguidade do trabalho que eles descrevem como “sem patrão” nas periferias: uma dualidade entre mistificação de classes e violência de raça e gênero por parte do discurso empreendedor hegemônico e a agência que o trabalho por conta própria permite para classes sociais que historicamente sempre foram marginalizadas. Deste modo, o que iremos observar sobre a dualidade de discursos é a criação de infinitos novos modelos de trabalho por conta própria que interligam ambas filosofias, seus afastamentos e intersegmentos para criar novos modelos do trabalho por conta própria.

No capítulo III a abordagem metodológica interseccional é desenvolvida, com o propósito de compreender realidades de forma transformativa, apresentando o foco na análise sócio-estrutural de desigualdade e as manifestações de hierarquias de poder em indivíduos.

As interações entre eixos da subordinação estruturam as opressões de diversas formas, posicionando grupos minoritários a partir de gênero, raça e classes, entre outras categorias, como define Crenshaw (2004). O intuito deste trabalho é considerar não apenas a perspectiva hegemônica, mas também as resistências expressadas no trabalho sem patrão. Lutz (2015) propõe que diferenciando as estruturas de opressão é possível empregar as categorias de interseccionalidade não apenas para compreender as diferentes formas de opressão

institucional, mas também como indivíduos “negociam” suas identidades múltiplas e convergentes em suas identidades de forma fluida.

(...) o desafio da interseccionalidade é produzir saberes que, ao discutirem as lógicas de opressão e as condições de subjetivação em determinados contextos, assim como as resistências, contribuam com a luta contra essas opressões mesmas, complexificando suas análises e perspectivas. Disputar perspectivas hegemônicas é uma tarefa central para a pesquisa e a produção feminista interseccional, e nesse sentido é necessário produzir e lançar mão de teorias e metodologias não hegemônicas (...). (DÍAZ-BENÍTEZ E MATTOS, 2019, p. 84)

Ao utilizar a interseccionalidade é possível explorar as diferentes formas que indivíduos se conectam com diversos aspectos de suas identidades e lutas multifacetadas para ganhar autonomia. Desta forma, a perspectiva interseccional se demonstra essencial para a análise, pois não se trata apenas de opressões adicionadas, mas também de suas estratégias de resistência.

Mick e Nogueira (2023), ao descrever sua pesquisa, igualmente destacam a relevância da análise interseccional, enfatizando os entrelaços de diferentes posições de trabalho da classe com as categorias de gênero e raça. A precariedade é marca comum dentro do trabalho por conta própria; entretanto, os autores enfatizam que outros marcadores e suas entrecruzadas marcam profundamente o trabalho:

Os dados, reorganizados com a finalidade de observar a distribuição das desigualdades, reiteram a persistência de racismo, patriarcalismo, preconceito regional e/ou de classe, como dobras que agravam o trabalho já maculado pela precariedade. (MICK E NOGUEIRA, 2023, p 25)

As múltiplas combinações causadas pela resistência ou hegemonia da figura do empreendedor tornam evidente a importância de analisar essa figura dentro do trabalho por conta própria de periferias. Assim, surge o problema de pesquisa: os trabalhadores por conta própria se identificam com o termo “empreendedor”? Outros objetivos dessa pesquisa serão observar padrões de uso do termo a partir das categorias de raça e gênero dos entrevistados; comentar sobre os principais obstáculos que as desigualdades de gênero, raça e suas entrecruzadas estabelecem em seu trabalho e analisar os diferentes significados de empreendedor para os ativistas e as diferentes formas que o controle hegemônico e a resistência configuram novos paradigmas do trabalho sem padrão.

O objetivo deste estudo então, é aprofundar-se sobre os diversos significados do termo “empreendedor” no contexto do trabalho por conta própria de periferias brasileiras,

estimando também observar padrões de uso a partir das categorias de raça e gênero e suas encruzilhadas; explorar as principais dificuldades causadas pelo trabalho informal, assim como pelas desigualdades estruturais de raça e gênero; compreender os diversos significados de “empreendedorismo” para os ativistas entrevistados, e explorar quais são as tensões entre o controle hegemônico e as resistências organizadas contra a lógica competitiva neoliberal.

Serão utilizadas 25 entrevistas com ativistas que auxiliam trabalhadores por conta própria de periferias, que foram questionados para o projeto “Viver por conta própria: Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras”, por Jacques Mick e João Carlos Nogueira (2023). A partir desse projeto, e do relatório “Nas dobras da precariedade: Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil - um olhar para a PNAD Contínua”, os autores discutem o trabalho informal brasileiro como marcado por precariedade, podendo essa se agravar gravemente nas categorias de raça, classe e suas interseções; os resultados mostram o trabalho informal como segmentado pelas categorias de gênero e raça, agravando a precariedade já traçada em suas trajetórias.

Esta pesquisa se propõe a analisar os temas de neoliberalismo, trabalho informal, empreendedorismo periférico, interseccionalidade e as tensões entre hegemonia e resistência através da análise exploratória de entrevistas com ativistas de periferias. A partir da análise das entrevistas, as falas foram separadas em categorias analíticas que são pertinentes aos temas abordados, mas que também se articulam em múltiplas entrevistas e em diversas falas dos entrevistados. As categorias analíticas definidas a partir das entrevistas foram: Empreendedorismo Hegemônico; Raça, gênero e desigualdade; Empreendedorismo contra-hegemônico; Redes; Representações do “empreendedor”.

O capítulo IV é marcado pela exposição dos resultados, separadas pelos grupos que representam as categorias de raça e classe e suas interseções: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Entre cada subcapítulo, são apresentadas separadamente as categorias analíticas.

A análise das entrevistas mostra que os ativistas brancos são mais suscetíveis a utilizar o termo “empreendedor” para descrever o trabalho por conta própria de periferias; entretanto o termo é associado ao aumento de autoestima dos trabalhadores que fazem parte de grupos minoritários, ou seja, mulheres brancas e negras e homens negros. O grupo de mulheres negras é o que se mostra mais crítico aos padrões hegemônicos do capitalismo

neoliberal e seus efeitos no trabalho sem padrão das periferias. Ademais, todos os grupos apresentam formas de assimilação do discurso hegemônico, mas também diversas formas de resistência à lógica neoliberal. O mais relevante entre esses é a criação e manutenção de redes de apoio, tanto pessoais como comerciais. Os grupos de mulheres negras e brancas apresentam forte senso comunitário, desenvolvendo uma relação simbiótica entre o trabalho, a construção de redes e o aumento da autoestima. Como afirma a ativista M4, “o afeto e a construção em rede nunca está desvinculado do trabalho.”

2. A POLÍTICA E A LÓGICA NEOLIBERAL

Para melhor conceitualizar o termo empreendedorismo e suas origens, trabalharemos inicialmente o contexto político e econômico que será a raiz do que será definido como a ideologia ou racionalidade neoliberal. Trataremos o neoliberalismo como o plano de fundo, definidor e impulsionador da ideologia neoliberal, a partir daqui denominada como empreendedorismo.

A partir disso, o primeiro capítulo se dividirá em duas partes: a formação do sistema político-econômico surgido nos anos 70 que definiremos como neoliberalismo, e alguns de seus efeitos para o mundo, para a América Latina e, finalmente, para o Brasil. Serão abrangidas algumas diferenças teóricas sobre o trabalho formal e informal, o que significa a informalidade e como essas duas se conectam. Na segunda parte do capítulo, iremos nos debruçar sobre a ideologia que foi criada para impulsionar e legitimar esse movimento, definida neste trabalho como empreendedorismo. Estudaremos o que diferentes teóricos definem o termo e seus efeitos na nossa sociedade e na psique humana, para desenvolver os efeitos da política e da racionalidade neoliberal na sociedade.

2.1 NEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS E SEUS EFEITOS PRÁTICOS

2.1.1 O globo

O neoliberalismo é definido neste trabalho como a fase atual do sistema capitalista, sendo caracterizado pela legitimação da economia e do lucro e políticas que reforçam o acúmulo máximo de capital. Filgueiras (2006) define o neoliberalismo como a doutrina hegemônica formulada após a 2ª Guerra Mundial, que surge como crítica ao modelo de Estado de Bem-Estar social, através do acolhimento de medidas político-econômicas para maximizar o lucro.

Oliveira (2021, apud MULLER, 2022) grifa que o processo que estamos caracterizando como neoliberalismo é entendido como uma contrarreforma de reestruturação conservadora, que elimina o modelo de *Welfare State* mundialmente, a partir da vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, marcando a vitória simbólica do capitalismo sobre o socialismo. A partir de uma crise econômica que se iniciou na década de 1970 até a década de 1990, países com economias desenvolvidas organizaram uma reestruturação produtiva visando manter seus lucros, assim implementando contratos de trabalho temporários e salários mais baixos, um modelo de Estado mínimo, ou seja, maior liberdade econômica para o setor privado, privatizações e controles fiscais (PASSOS, 2021).

É apresentado na década de 1980 o termo economia informal pelos estudos de Alexandro Portes e Manuel Castells, exemplificando que a reestruturação produtiva foi um fenômeno que atingiu a economia em escala global, e não apenas a manifestação de um novo setor dentro da economia. Os autores evidenciaram a interligação desses dois setores mundialmente, principalmente por vias de subcontratação (PORTES E CASTELLS, 1989 apud LIMA E OLIVEIRA, 2022).

Harvey similarmente aponta que a privatização e desregulamentação são instigadas pela concorrência, trazendo resultados mais lucrativos e produtivos, sendo assim a saída encontrada para a crise financeira da época (HARVEY, 2014 apud DUCK, 2022).

O Estado de economia neoliberal prioriza medidas de redução de custos para manter lucros altos, como redução do custo de trabalho, reformas administrativas que visam a terceirização de setores, ou mesmo reformas nos contratos de trabalho. Essa nova dinâmica político-econômica expressa uma nova relação entre classes sociais, com disparidades econômicas e sociais nunca vistas no sistema capitalista até então. Em termos globais, a competição de Estados neoliberais para a maior posição no mercado mundial estimula a ausência de controle estatal sobre a economia, o que encoraja a flexibilidade. O Estado se

torna responsável por valorizar a concorrência financeira mundial, recorrendo à políticas de valorização do capital, em vez de políticas sociais (DUCK, 2022).

Lima e Oliveira (2022) observam que o contexto da reestruturação produtiva incentiva o setor privado a flexibilizar contratos de trabalho, criando novas formas de contratação, com incentivos de vagas para pessoas jurídicas, trabalho de meio período, contratação por projetos, etc. No contexto de crise, direitos trabalhistas e sociais são tomados como custos para o capital, e para isso, se aponta a necessidade de flexibilização nas relações de trabalho e contratações. Por conseguinte, a competição geral entre os trabalhadores aumenta, pelo menor número de vagas fixas; os empregados são coagidos a se adaptar à nova estrutura, e muitos são excluídos de qualquer relação de emprego, assim iniciando a formação da “massa dos informais”.

Na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2002 sobre trabalho decente, a categoria de economia informal foi denominada como o conjunto de atividades econômicas que são insuficientemente cobertas por sistemas formais. Assim, nessa categoria entram os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho, assim como os trabalhadores por conta própria. O desemprego estrutural excluiu milhares de trabalhadores de cargos formais, criando assim sistemicamente a informalidade como alternativa de trabalho. Apesar de uma massa de trabalhadores heterogênea, ela se caracterizou como informal pela falta de proteção legislativa, o que submete os trabalhadores a variados níveis de vulnerabilidade econômica e acesso limitado a benefícios públicos. (LIMA E OLIVEIRA, 2022)

2.1.2 América Latina

Como afirma Duck (2022), a organização interna do Estado é necessária para torná-lo competitivo em relação à economia global. Tal produtividade é alcançada pela ausência de regulamentação ou interferência do Estado, que entrega sua potência produtiva à competição do mercado mundial. Os países periféricos, ou de economia subdesenvolvida, encontram-se em um lugar enredado de submissão ao processo de globalização do mercado, por uma história de dependência ou exploração a qual estão resignados.

A partir dessa definição sobre os países subdesenvolvidos dentro da estrutura do mercado mundial, iremos um pouco mais a fundo na definição dos efeitos da economia

neoliberal em países subdesenvolvidos, compreendendo seus efeitos na América Latina. A América Latina historicamente possui como característica o trabalho informal, fenômeno interligado à colonização e à desigualdade estrutural gerada pela mesma, o que resulta frequentemente em precariedade e instabilidade para a força de trabalho latinoamericana. Abramo (2021) também aponta como fator relevante a inexistência de mecanismos estatais de proteção social, como seguros desemprego, para analisarmos a taxa relativamente alta de informalidade na América Latina.

A partir da década de 1960, o trabalho autônomo já era estudado por economistas e sociólogos latino-americanos, assim como em outras regiões periféricas. A apreensão se manifestou diante das dificuldades de incorporação dos trabalhadores aos processos produtivos formalizados, contando com a proteção de benefícios públicos. A noção de “informalidade”, entretanto, converte a discussão para pauta de relevância acadêmica e estatal na década de 1970. (LIMA E OLIVEIRA, 2022)

Os estudos da OIT na década de 1970 relacionaram as atividades do setor informal como características de países periféricos subdesenvolvidos, que não tiveram sucesso na implantação do modelo capitalista. A definição da época, então, era que os países que não conseguiam absorver a força de trabalho nacional ao emprego formal compeliram o trabalho informal, e muitas vezes precário, como mecanismo de sobrevivência. (OIT, 1972 apud MULLER, 2022). Entretanto, como já foi mencionado acima, a elaboração do conceito de economia informal por Portes e Castells (1989) exemplifica o surgimento da informalidade como um fenômeno em escala global, e não uma disfunção de economias subdesenvolvidas ou de países periféricos, sendo assim encontrado o trabalho informal em qualquer escala da economia global. (PORTES E CASTELLS, 1989 apud LIMA, 2022)

A partir das décadas de 1970-1980 começam a surgir diversos estudos sobre a discussão dos novos modos de contratação e trabalho informal, correlacionando a expansão da acumulação capitalista com o aumento da informalidade em nível global. A partir desse ponto há uma ruptura no pensamento sobre o fenômeno: o trabalho informal não é mais associado com o subdesenvolvimento, como uma transição para a modernidade capitalista, e sim um fenômeno subordinado à economia neoliberal em todas as suas escalas, de local a mundial (GUERRY, 1987 apud MULLER, 2022).

Se o setor informal antes era compreendido como uma qualidade de uma economia arcaica, que não conseguia absorver a força de trabalho ou uma falta de emprego formal, a

partir dessa época começaram a ser reparadas as conexões de interdependência entre a informalidade e as relações de produção e distribuição no sistema vigente (MULLER, 2022). Os estímulos nacionais favoreciam a acumulação de capital, ao contrário do trabalho, resultando na transferência de recursos excedentes para grandes corporações nacionais e internacionais, intensificando o acúmulo desigual.

A partir desse momento, como descreve Muller (2022), a informalidade cai em nova forma analítica, ao se perceber que esta não está meramente correlacionada com subdesenvolvimento, sendo percebida como fenômeno em escala mundial. Na América Latina, se percebe de forma melhor durante a década de 1990 as consequências da organização neoliberal, marcada por flexibilização e desregulamentação de formas de contratação, objetivando maximizar o lucro para empresas e Estados. (BARBOSA, 2009 apud MULLER, 2022)

Os autores Costa, Leite e Lindoso (2022) entrevistam Christian Azaïs sobre o termo “*zogrís*” ou “zonas cinzentas” para questionar a dicotomia de assalariado vs. informal, autônomo vs. subordinado, arcaico vs. moderno e demonstrar as complexidades do trabalho informal na atualidade. Se questiona o próprio termo de informalidade, para ilustrar que não existem fronteiras fixas entre o formal e informal, assim descrevendo as zonas cinzentas. A integração no mercado de trabalho não é de forma binária, em todos os países em proporções variáveis, tanto em países com economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, criando as zonas em que o trabalho formal e informal se entrelaçam. Os autores também notam que o Estado se torna o principal responsável pela desregulação que corrobora a individualização e a contratualização das relações de trabalho. Assim, consideramos que o Estado é o principal produtor de zonas cinzentas e na expansão do trabalho informal, mas essa discussão é mais complexa.

A zona cinzenta dá importância aos processos micropolíticos a todos os níveis e escalas que contribuem para mudanças nas regulamentações laborais. É um espaço para perceber a diversidade de emaranhamento, sobreposições, e complexidades de atividades formais e informais. É necessário compreender as relações entre trabalhadores, condições de organização e implementação de atividades para observar todos os lados da indeterminação das zonas cinzentas e na variedade de configurações que se aproximam ou distanciam das regras de regulamentação de trabalho. Essa variedade é influenciada por diversos atores, empresas, trabalhadores e o Estado: “ Em suma, a zona cinzenta indica a dinâmica de

institucionalização das práticas face à incerteza resultante da interação dos atores.”
(COSTA;LEITE;LINDÔSO, 2022)

“A hibridização sublinha a mudança na relação de emprego e de trabalho nas sociedades contemporâneas, já que a distinção entre “trabalho assalariado” e “trabalho não-assalariado” não é mais operacional. O primeiro (trabalho assalariado) se revestiria de todas as prerrogativas ligadas ao Estado-providência; o segundo (trabalho não-assalariado), não. Com isso, a noção de hibridização questiona a subordinação inerente à relação de emprego. E, de um ponto de vista teórico, questiona a segmentação do mercado de trabalho. A hibridização visa a dar conta das diferenciações nas situações de “mise au travail”, ou seja, de inserção no mercado laboral. Essas diferenciações que se processam em um continuum que invalida toda a leitura dicotômica das relações de trabalho e de emprego.”
(COSTA;LEITE;LINDÔSO, 2022, p. 985)

A informalidade na América Latina é um fenômeno estrutural, entretanto é possível observar fluxos maiores de trabalho informal, iniciando-se nas décadas de 1980 e 1990. Apresentando dados mais recentes, é possível observar outro aumento de trabalho informal a partir de 2015, juntando as formas “tradicionais” de informalidade, assim como formas disseminadas por uma nova revolução tecnológica, que se apresentam, por exemplo, por plataformas online de trabalho. A partir de 2015 também se observa uma maior expansão do trabalho por conta própria como forma de emprego. O trabalho intermitente, de casa, “on demand”, temporário e por conta própria é associado à perda de direitos trabalhistas, desproteção social e precarização, impondo novos desafios para a formação de políticas econômicas e de proteção social e do trabalho. (ABRAMO, 2021)

Abramo (2021) cita o documento publicado a partir da 90ª Reunião da OIT, “Trabalho decente e economia informal” (OIT, 2002) para exemplificar o papel da globalização de cadeias produtivas: não podemos analisar o problema apenas a partir da incapacidade de empresas de absorverem mão de obra formal, mas também seu interesse em informalizar seus funcionários por aumento de lucro constante. De acordo com a autora, é possível observar um fluxo de empresas que estão descentralizando a produção e organizando o trabalho a partir de células produtivas menores, flexíveis e especializadas, sem a necessidade de emitir contratos formais, resultando em cadeias de produção terceirizadas e redução de custos.

Filgueiras (2006) sugere que as filiais de grandes empresas perderam autonomia ao se incorporar intimamente às redes de produção administradas por países desenvolvidos, estimulando o acúmulo de capital provido por relações flexíveis de trabalho. Portanto, a intensificação do sistema competitivo mundial depende da fragmentação e deslocamento de células produtivas menores para locais com desregulamentação trabalhista que visam se

manter competitivos, através da integração de novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho e de cadeias produtivas.

Observamos fatores comuns entre os múltiplos moldes de atividades a desproteção particular dos indivíduos que possuem qualquer forma de trabalho informal, muitas vezes trabalhando em condições inseguras, em situação de insegurança social, pobreza ou vulnerabilidade. Apesar de distintas formas em que se apresenta, a informalidade na América Latina tem como característica definitiva a privação de direitos básicos abrangidos por um contrato formal de trabalho e um grau elevado de insegurança. (ABRAMO, 2021)

“Vargas (2016), quando analisa o processo histórico da formação do mercado de trabalho nacional em articulação à informalidade, afirma que a qualificação era um requisito para a inserção das camadas mais pobres aos trabalhos informais. A condição de informalidade sempre esteve atrelada às formas mínimas de garantia de sobrevivência dentro da competitividade capitalista.” (MULLER, 2022, p. 88)

2.1.3 Brasil

No Brasil, assim como no resto da América Latina, é característica da força de trabalho a alta taxa de informalidade. Para Theodoro (2022), a modernidade industrial brasileira não foi capaz de absorver a força de trabalho informal, mantendo para grande parte da população brasileira a pobreza e a miséria. Os projetos desenvolvimentistas de outrora trouxeram crescimento econômico, entretanto, mantiveram a desigualdade social.

Para Muller (2022), as economias que definimos como subdesenvolvidas, como nos países da América Latina, sofreram o processo de reestruturação econômica e política neoliberais a partir dos anos 80, com o Brasil ingressando na onda neoliberal a partir da década de 90. O processo ditatorial que se espalhou pela América Latina já havia causado intervenções econômicas e acúmulo de dívidas, e no Brasil a crise econômica foi pano de fundo para a abertura neoliberal da economia dos anos 1990.

A abertura econômica e a reorganização da produção, gestão e trabalho no setor privado foram processos acompanhados por mudanças estatais, caracterizadas pela privatização de empresas públicas e a quebra do monopólio do Estado em diversas atividades produtivas. Essas reestruturações do público e privado tiveram consequências negativas sobre o mercado de trabalho de acordo com Filgueiras (2006), assim fortalecendo oligopólios privados estrangeiros, enfraquecendo grupos políticos regionais, enfraquecendo sindicatos de

trabalhadores e causando demissões em massa, submetendo grande parte dos trabalhadores ao trabalho informal.

Filgueiras (2006) coloca o processo de reestruturação produtiva como enfraquecedor definitivo da capacidade política da classe trabalhadora, modificando permanentemente a “relação capital-trabalho”. Duck (2022) igualmente pontua a reestruturação do sistema econômico brasileiro como motor das mudanças na relação capital-trabalho e nas mudanças de funcionamento do Estado. O processo da época mais pontuado por Muller (2022) é a marginalização e informalidade crescente entre a população brasileira. De acordo com o autor, a intervenção do Estado foi marcada pela preservação da desigualdade durante a reestruturação neoliberal econômica.

Lima e Oliveira (2022) pontuam que a construção de um programa político centrado na abertura do mercado à competição internacional, desregulamentação da economia, assim como a reestruturação produtiva dos setores público e privado são mudanças econômicas que iniciam um movimento de valorização prioritária do “mercado”. Do lado político, o Estado começou a ser responsabilizado por crises sociais e pelo atraso econômico.

O neoliberalismo se implantou “com toda força” de acordo com Filgueiras (2006) durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), que se caracterizou pela utilização do discurso neoliberal nos meios de comunicação em massa, que acompanha as privatizações e a reestruturação produtiva. O autor propõe que a resistência de movimentos sindicais e sociais se enfraquece com a propagação acentuada do discurso anti-estado nos veículos midiáticos principais do país.

“A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 183)

Outro momento que consideramos relevante para formar o panorama sobre trabalho informal e/ou por conta própria no Brasil é durante o governo PT (2003-2016), mais especificamente o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Filgueiras (2006) coloca que as políticas neoliberais implantadas no Brasil durante a década de 1990 são ajustadas e consolidadas pelo Governo Lula, reduzindo atritos em seu interior através de novas políticas.

A política em específico que influenciou profundamente o mundo do trabalho por conta própria são representadas pela Lei Complementar n. 123/2006, que veiculou um

regime tributário diferenciado a empresas de pequeno porte (LIMA E OLIVEIRA, 2022), e a Lei Complementar nº 128/2008 que configurou o Microempreendedor Individual (MEI), com o objetivo de formalizar o trabalhador por conta própria ou informal das categorias selecionadas de serviços, comércio ou indústria por figura jurídica. Alguns benefícios do programa são o acesso à aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, simplificação administrativa, entre outros. O cadastro como MEI também facilita acesso à diversas linhas de microcrédito, auxiliando o acesso a empréstimos para negócios de micro e pequeno porte. (SEBRAE, 2021 apud SOUZA E SOUZA, 2021)

Desde o início do programa, o MEI configura a maior parte das empresas ativas no Brasil, com milhões de indivíduos cadastrados, provando-se uma política divisora de águas para os trabalhadores por conta própria ou informais desde seu surgimento (SOUZA E SOUZA, 2021). Entretanto, as políticas de formalização de trabalhadores por conta própria nem sempre se provaram beneficiárias para os trabalhadores por conta própria brasileiros. Como diz uma das entrevistadas:

Tem muitas empresas que estão substituindo seus funcionários por MEI e esse MEI sai muito mais barato para essas empresas, porque não têm várias despesas, coisas dos custos com seguridade social não estão envolvidos, né?! Mas precisaria ver, no mínimo, uma compensação em termos monetários para que esse agente pudesse pegar esse tipo de reserva, mas isso não acontece, né?! (Entrevistada M9, grifo próprio)

A partir dessa construção teórica sobre o surgimento de políticas socioeconômicas do neoliberalismo nos países desenvolvidos, na América Latina e, finalmente no Brasil, acredito que traçamos um plano de fundo para entrar mais a fundo no contexto atual sócio-político brasileiro que será trabalhado mais a fundo nesse Trabalho de Conclusão de Curso. A partir da crise econômica de 2015, observamos um aumento na informalidade não apenas no Brasil, mas na América Latina. O desenvolvimento da tecnologia, assim como a alta taxa de desemprego causada pela crise, nos coloca em um panorama multifacetado para discutir as múltiplas perspectivas sobre a atualidade do trabalho informal no Brasil. (LEITE E LINDOSO, 2022)

Como mencionado acima, os últimos anos apresentaram um aumento considerável de trabalho por conta própria e da taxa de desemprego pelas novas formas de contrato legalizadas pela Reforma Trabalhista de 2017. Todavia, como é pontuado por Mick e

Nogueira (2023), o aumento da informalidade é pendular de acordo com a economia formal; a configuração da “economia dual” demonstra a interdependência de um setor “moderno” (formal) e um “atrasado” (informal): “ Quando o setor “moderno” não gera empregos formais suficientes, o excedente de força de trabalho migra para ou se mantém no setor “atrasado”, e permanece disponível como exército de reserva.” (FURTADO, 2000 apud MICK E NOGUEIRA, 2023)

A Reforma Trabalhista de 2017, assim como a Lei de Terceirização do mesmo ano não instauram novas formas de contratação e trabalho, porém, legalizaram práticas antes não regulamentadas, o que incentiva novos contratos que flexibilizam os vínculos, a remuneração e a jornada de trabalho (LIMA E OLIVEIRA, 2022). A partir da legalização desses novos contratos, se intensifica novos moldes de trabalho, como trabalho intermitente, o trabalho parcial, a terceirização, as subcontratações, o trabalho-estágio, o contrato em tempo parcial, o freelancer, o trabalho por conta própria, entre outros. (KREIN; PRONI, 2010 apud MULLER, 2022)

A abertura da economia e as flexibilizações dos contratos trabalhistas que ocorrem desde 2017 podem ser notadas como uma tentativa de legitimação da precariedade do trabalho e da valorização da economia acima da valorização do trabalho e qualidade de vida (KREIN; PRONI, 2010 apud MULLER, 2022). Muller (2022) afirma que desde 2017 as formas de trabalho que cresceram foram essencialmente, todas informais. As ocupações informais, o desemprego e a desvalorização do salário mínimo tiveram como consequência o aumento da insegurança e desigualdades no país, especialmente para as minorias, como veremos nos próximos capítulos.

Lima e Oliveira (2022) pontuam a pressão pelo desmantelamento do sistema de proteção social por medidas tomadas pelo Executivo, Legislativo ou Judiciário ou uma combinação dessas esferas de poder, desenvolvendo uma nova relação de trabalho do país. Os autores colocam que medidas de flexibilização e desregulamentação têm sido impulsionadas e defendidas nos discursos de empresas, da mídia e do Estado, em um processo simbiótico de justificação e propagação da insegurança trabalhista a favor da “modernização”.

A flexibilização das relações de trabalho foram efetivadas não apenas pelo setor privado, mas também foi auxiliada por instrumentos jurídicos, resultando em “formas de contratação instáveis que contornam ou burlam a legislação brasileira”, de acordo com

Filgueiras (2006). O autor assegura que o prolongamento da jornada de trabalho, a redução de salários e benefícios enfraqueceram a força de trabalho, levando ao trabalho informal ou à ociosidade.

Muller (2022) destaca como a proteção social e políticas de desigualdade são desvalorizadas a partir desse contexto. Assim, os trabalhadores mais fragilizados pela crise sofrem efeitos mais agudos pelas altas taxas de desemprego, informalidade e insegurança. Duck (2022) também sinaliza outro aspecto do Estado neoliberal brasileiro que coloca os trabalhadores em situação de insegurança social: a extinção dos bens públicos necessários à reprodução social dos trabalhadores, como a saúde e o ensino públicos.

Entretanto, o cerne do quadro de insegurança do trabalhador informal é o próprio trabalho: agora flexibilizado e terceirizado, não “dinamiza” o mercado de trabalho ou aumenta os índices de ocupação, mas sim instiga a aceitação de menores salários, piores condições de trabalho e menos direitos. De acordo com Martins (2012, apud MULLER, 2022), o processo de integração da economia ao modelo neoliberal aprofunda as disparidades sociais, o desemprego estrutural, a desregulamentação e maior controle sobre o trabalho. A flexibilização é uma das ferramentas mais eficientes para a exploração de trabalhadores e para a maximização do lucro.

Uma ferramenta que se provou útil para a exploração dos trabalhadores foi a diminuição do poder político e de negociação de direitos, através da “fragmentação da classe trabalhadora”. A heterogeneidade da classe, junto com a fragilidade (ou flexibilização) dos contratos trabalhistas, gera um efeito de menor identidade entre a classe informal, assim reduzindo seu poder de negociação sindical (OLIVEIRA, 2003 apud FILGUEIRAS, 2006). Abílio (2020) comenta sobre o fenômeno de “uberização”, significando novos padrões de gestão, organização e controle do trabalho através da substituição de serviços anteriormente regulados por serviços por aplicativos, ou seja, sem alguma regulação ou legislação para a proteção de trabalhadores ou associação sindical. (ABÍLIO, 2020)

Sendo assim, é perceptível que a literatura analisada concluiu como o fenômeno do neoliberalismo foi construído para valorização prioritária do lucro, como o Brasil valorizou o capital a favor do trabalho nesse regime, e como o trabalho informal é assimilado proximamente à falta de direitos e precarização:

Enfim, não pode haver a menor dúvida de que a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do trabalho –em suas diversas dimensões– e o

enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras se constituem, desde o início, em um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal, redefinindo radicalmente, a favor do capital, a correlação de forças políticas.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 189)

2.2 O EMPREENDEDOR COMO SUJEITO CENTRAL DA ECONOMIA NEOLIBERAL

Nessa segunda parte do primeiro capítulo, exploraremos múltiplas definições do neoliberalismo e seu agente principal, o empreendedor. A partir de alguns autores pesquisados, apresentaremos suas aproximações e diferenças sobre os efeitos causados pelo sistema econômico neoliberal, tanto no ethos social como na psique individual.

Iniciaremos pela definição original do termo “empreendedor” de Schumpeter trabalhada pelos autores Dardot e Laval (2016), definindo o empreendedor schumpeteriano como ativo, criativo e inventivo, que não utiliza métodos tradicionais: ele rompe com a normatividade e a ordem social vigente. Nem todos podem ser empreendedores, apenas aqueles que possuem a capacidade de inovar seu ambiente a partir de sua criatividade e ambição, e lucrar com isso. Lima e Oliveira (2022) também dissertam sobre a figura inicial do empreendedor desenhada por Schumpeter (1982), que se diferencia do empresário por sua habilidade inovadora, e não gestora. Essa figura implica uma implementação de algo novo na atividade, diferenciando-se também do capitalista, pois não necessariamente precisa possuir capital. A essência do empreendedor envolve a execução de inovações, enfrentando um certo conservadorismo ou *status quo*. (SCHUMPETER, 1982 apud LIMA E OLIVEIRA, 2022)

Com base no conceito de Schumpeter, Dardot e Laval (2016) afirmam que, a partir das décadas de 1970 e 1980, que definimos anteriormente como o momento de surgimento do neoliberalismo, dissemina-se o “neoschumpeterismo”, para difundir a figura do empreendedor inovativo em toda a sociedade. O espírito empreendedor se expande como a imagem idealizada de ser produtivo que lentamente transforma a sociedade em uma sociedade empreendedora, caracterizada por sua adaptabilidade e inovação constante. (DRUCKER, 1985, apud DARDOT E LAVAL, 2016)

A concorrência se torna um processo infinito de descoberta de novas informações para aumento do lucro, partindo do sujeito que compete com todos os outros, se conduzindo como um “homem-empresa”. A rivalidade na ação e a concorrência incessante moldam os sujeitos para aproveitarem cada oportunidade possível para adquirir mais capital. O mercado é assim pensado como processo de autoformação do sujeito econômico, o homem-empresa,

que o molda de forma subjetiva para se autodisciplinar e se conduzir. A experiência de mercado constrói o sujeito a partir de um desejo inerente do ser humano de se melhorar constantemente. O mercado se torna o mecanismo que permite mobilizar e contabilizar o valor da ação humana, assim como o local para aprender, adaptar, corrigir: o mercado se torna o processo de formação de si, o estímulo do espírito empreendedor humano e de formação de caráter.

A essência do empreendedorismo que consiste na eterna procura de oportunidade comercial é uma relação pessoal, de si para si mesmo. Os autores colocam que todos aprendemos a ser empreendedores através do jogo de mercado que nos educa à adquirir o comportamento definido como certo para competir. A partir disso, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão constitutiva do ser humano, pois estamos cada um em uma batalha solitária de competir com todos os outros. A racionalidade e subjetividade humana são afetadas por essa constante adaptação e competição, que desvaloriza o que não é competitivo ou lucrativo.

A construção da ideologia certa é essencial ao bom funcionamento do sistema. A propagação do discurso nos veículos midiáticos, discursos políticos e até nas escolas é necessária para a construção do aprendizado de mercado:

“A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina.” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 151)

De acordo com os autores, o discurso que propaga o sujeito de racionalidade neoliberal a partir da escola do mercado se prolifera em diversos aspectos da vivência pessoal. Não é o bastante ser empreendedor no mercado, é essencial ser empreendedor de sua própria vida, adquirindo os valores de mercado como filosofia moral para se viver de acordo. A racionalidade neoliberal deve ocupar todos os espaços possíveis. (DARDOT E LAVAL, 2016)

Graça Duck (2022) utiliza o pensamento de Dardot e Laval para comentar como o neoliberalismo cria novas formas de relações sociais, formas de viver e novas subjetividades humanas que manifestam uma nova forma de existência, uma “norma de vida”. Assim é descrita a racionalidade neoliberal, apresentada na ação e nos discursos daqueles no poder e na conduta daqueles que não estão; transforma-se a forma-empresa como modelo de ética

pessoal e subjetivação humana, modificando o nosso DNA segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT E LAVAL, 2016)

Duck (2022) aponta que a racionalidade neoliberal corresponde à visão gramsciana de hegemonia, caracterizada por capacidade de gestão intelectual, moral e política da classe dominante, que através de convencimento, coerção e opressão faz com que seus ideais não sejam meramente aceitos, mas incorporados e materializados pela classe dominada como seus próprios.

Byung-Chul Han (2021) descreve o mesmo fenômeno utilizando o termo “sociedade do empenho”, cujos membros são sujeitos de desempenho e produção constante: “São empresários de si mesmos” (HAN, 2021). A sociedade descrita por Han não expressa negatividade, apenas iniciativa e motivação para produção contínua. Com esse propósito, o comportamento geral é de positividade, do poder. Está infiltrado e naturalizado no inconsciente social o desejo de maximizar a produção.

O autor propõe que a maximização do desempenho transforma-se em um ato autoexplorativo, o que, de acordo com ele é a forma mais eficiente de exploração do trabalho, pois é frequentemente confundida com liberdade e autonomia: “O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos” (HAN, 2021). A partir da violência de exploração sem explorador visível, o indivíduo carrega todas as responsabilidades e dores, acreditando ainda assim que mais produtividade lhe traria a liberdade.

A figura principal desse sistema seria o “homem flexível”, aquele que acolhe qualquer função, de qualquer maneira, a qualquer momento. A flexibilidade é essencial para obter o máximo de lucro e o sujeito de desempenho concorre consigo mesmo constantemente para superar seus próprios limites, em um processo de autoexploração, que se vislumbra como liberdade.

O autor coloca que para o sistema econômico vigente, o regime de autoexploração é o mais eficiente, vendo que o sujeito do desempenho trabalha até a produtividade o consumir. A ausência de um abusador externo causa a internalização do abusador e a alienação entre a classe. Em um sistema em que não se enxerga o dominador, não é possível resistir contra ele. (HAN, 2021)

Leite e Lindoso (2022) definem o empreendedorismo como uma manifestação ideológica do capitalismo, que se intensifica com a hegemonia neoliberal. O

empreendedorismo aqui é a imagem central da racionalidade liberal, que celebra e complementa o neoliberalismo como plano político. É compreendido que, com o surgimento de políticas neoliberais, a desigualdade social e de capital é agravada, e com isso, se torna necessário uma ideologia justificadora da desigualdade, efetivamente apagando as mazelas sociais desse novo sistema. (LEITE E LINDOSO, 2022)

O empreendedor é uma nova autodefinição para muitos trabalhadores que exercem diversas atividades profissionais, o que, de acordo com as autoras, revela as novas percepções adquiridas sobre trabalho e emprego. O discurso que enaltece a imagem do empreendedor valoriza também o trabalho desprotegido como o ideal, uma forma inovadora e proveitosa de inserção social, ao contrário do trabalho assalariado com proteção trabalhista, que se torna algo ultrapassado.

Entretanto, a ressignificação do empreendedorismo ignora as condições em que o trabalho é exercido, assim como origem e classe social. Assim, de acordo com as autoras, o discurso neoliberal encobre o fato de que acesso à privilégios sociais e materiais é essencial na garantia de êxito, o que, de acordo com as autoras, encobre a precariedade social decorrente do trabalho sem proteção formal, a vulnerabilidade dos trabalhadores e o aumento da desigualdade social abundante do sistema neoliberal.

Assim, as autoras compreendem o empreendedorismo como uma ideologia que ataca os direitos trabalhistas enquanto justifica e celebra o trabalho por conta própria. O que foi compreendido é a dupla utilidade aplicada pela ideologia neoliberal que representa, de um lado, uma busca para flexibilizar e diminuir os direitos trabalhistas, e de outro, justificar o aumento da pobreza e da procura de alternativas de sobrevivência dado a baixa oferta de empregos e a oferta de vagas flexibilizadas. As autoras compreendem essa ideologia como fator principal no aumento do trabalho por conta própria.

Outro conceito que é relevante para compreender a força da ideologia neoliberal é o conceito de meritocracia. Este se baseia na noção de que o esforço individual é o básico e imprescindível para o sucesso e para espaço na economia mundial. A ideia base é que todo ser possui igualdade e as mesmas condições de oportunidade, prometendo a todo cidadão que a educação e esforço no trabalho pode garantir o sucesso na competição capitalista. O que o discurso meritocrático ignora são todas as barreiras sociais que dificultam o acesso à capital cultural e financeiro para competir “igualmente”. (SANDEL, 2020 apud LEITE E LINDOSO, 2022)

Desta forma, o discurso empreendedor e meritocrático serve como uma forma de justificar o acúmulo de capital imensurável de alguns, enquanto compreende a falta de capital como falta de talento, mérito ou empenho. (PIKETTY, 2014). Assim, é possível compreender de forma mais completa os efeitos do discurso que insiste que cada um pode ser “empresário de si mesmo” simplesmente com dedicação, independente de vínculo de trabalho ou posição social ou financeira.

A partir da propagação desse discurso, os indivíduos começam a se enxergar como empreendedores de si, internalizando a racionalidade econômica e competitiva como a única forma de racionalidade possível. Assim, o empreendedor se torna a figura central do capitalismo neoliberal, o que defende o seu modo de pensar como o único possível. As autoras observam que essa criação do “homem-empresa”, termo de Dardot e Laval (2016), é a principal contribuição do neoliberalismo, potencializando a competição humana. Passos (2021) analisa que o incentivo à competição gera uma rivalidade e antagonismo entre a massa de trabalhadores, que por isso não se organizam como coletivo para resistir às dinâmicas de opressão, agora voltando ao individual para garantir sua emancipação econômica, em lugar de emancipação política. Lima e Oliveira (2022) igualmente colocam o início da flexibilização do trabalho como o contexto de início da lógica empresarial e do empreendedorismo. Os autores explicam:

A reestruturação capitalista iniciada nos anos 1970, sob o paradigma da flexibilização da produção e do trabalho, suscita na esfera laboral a necessidade da afirmação da condição de liderança, com o envolvimento e a inovação se convertendo em fatores centrais de aumento da produtividade do trabalho. (LIMA E OLIVEIRA, 2022, p. 907)

O surgimento e popularização de estratégias empresariais compreende o contrato de trabalho e os direitos trabalhistas como custos para o capital, incrementando relações flexíveis de trabalho para maximizar o lucro e responsabilizando o trabalhador por sua própria empregabilidade. A competição por emprego se intensifica, e poucos funcionários são mantidos nos mesmos contratos que antes. Grande parte retorna com diferentes contratos de trabalho (temporário, intermitente, estagiário) e muitos outros se tornam a massa informal, principalmente em países que não possuem seguro-desemprego. (LIMA E OLIVEIRA, 2022)

No Brasil, as políticas neoliberais se intensificam a partir dos anos 1990, focadas na abertura do mercado à competição internacional, na privatização de empresas estatais e na

desregulamentação da economia. A partir desse momento também se percebe um discurso que valoriza prioritariamente “o mercado”. Esse discurso efetua uma transformação social que valoriza virtudes individualistas, meritocráticas e empreendedoras, e deprecia o público, o Estado, o coletivo e o social. Do mesmo modo, propaga-se um discurso que valoriza a “empregabilidade” do indivíduo para competir em um mercado de trabalho mais limitado e com menos vagas de trabalho, colocando as circunstâncias do desemprego em alta como um fenômeno individual, e não social. Ou seja, cabe ao trabalhador garantir sua empregabilidade através da qualificação, força de vontade e iniciativa, e não ao mercado de trabalho absorver toda a massa de trabalhadores desempregados.

Os autores afirmam que, essencialmente, o discurso empreendedor traz uma justificativa ideológica para os processos de flexibilização do trabalho, diminuição de postos de trabalho e, conseqüentemente, taxas altas de desemprego. O discurso também afeta trabalhadores ainda contratados, que agora precisam garantir e incrementar o seu valor profissional para as empresas, assim como os trabalhadores informais, que se tornaram responsáveis por criar sua própria geração de renda, ao mesmo tempo que eram incentivados a empreender com expectativas de novas oportunidades: “Esse discurso induziu à responsabilização individual do trabalhador quanto às saídas para as adversidades estruturais que a vida lhes impõe.”. (LIMA E OLIVEIRA, 2022)

O papel do discurso empreendedor é fundamentalmente ideológico, capaz de mudar a cultura de trabalho. A adaptação ao desemprego e insegurança ocorre ao mesmo tempo que a glamourização da iniciativa pessoal e a meritocracia, através de discursos midiáticos e estatais que exaltam a possibilidade de mobilidade social e reconhecimento. Assim, se substitui a noção de informalidade pela noção de empregabilidade e empreendedorismo, através da subjetivação e internalização de controles sociais e econômicos, o que ofusca o elemento de crítica a um Estado que não oferece políticas públicas de segurança social. (SILVA, 2002 apud LIMA E OLIVEIRA, 2022)

A conclusão dos autores é que a ideologia de empreendedorismo no Brasil se propaga em correlação com as transformações na produção e gestão do trabalho, dependendo da forte influência da racionalidade neoliberal em diversos espaços de socialização, que fornece aos trabalhadores a justificação da precariedade, resignificando as mudanças como positivas, assim causando contínua pressão pela expansão da flexibilização das relações de trabalho.

Abílio (2022) prioriza em sua análise o conceito de “autogerenciamento” do trabalho. Grande parte de sua pesquisa também envolve o processo de “uberização”, que utiliza de plataformas digitais para a terceirização e flexibilização do trabalho. Neste Trabalho de Conclusão de Curso, não será abordado uso de plataformas digitais para a flexibilização diretamente, mas grande parte da análise de Abílio sobre o tema envolve a discussão sobre o trabalho informal.

Abílio discute como o fenômeno da uberização transfere riscos, custos e gerenciamento do trabalho para o trabalhador, assim o transformando em subordinado com nova responsabilidade sobre o seu trabalho. A nova união entre exploração e dominação do trabalho, o emaranhado de funções de gerente e contratado é definido pela autora como autogerenciamento subordinado. Para se realizar essa mudança é preciso estabelecer a figura do trabalhador como gestor de si mesmo, responsável por sua própria sobrevivência, além de processos de trabalho, como sua carga de trabalho, remuneração e jornada. (ABÍLIO 2020; 2022)

Partindo das conclusões realizadas por Lima e Oliveira, iremos nos aprofundar no trabalho escrito Henrique Amorim, Felipe Moda, João Gabriel Pelegrini e Guilherme Guilherme, intitulado “O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe” (2022). Como sugerido pelo título, a pesquisa foca no papel que o discurso neoliberal possui nas relações de classe da atualidade, posando tanto como ideologia quanto uma forma de controle da força de trabalho através da responsabilização dos trabalhadores por sua própria reprodução social.

A conclusão principal do trabalho é que a valorização do empreendedorismo promove a invisibilização das relações de classe e permite novas formas de controle e exploração do trabalho e a passivização da classe trabalhadora. A partir da constatação de que o empreendedorismo configura uma ideologia hegemônica imposta à classe trabalhadora, ele marca uma nova forma de sentir, se relacionar e produzir (AMORIM, MODA, MEVIS, 2021 apud AMORIM et al., 2022).

O discurso do empreendedorismo cria a imagem de uma sociedade não dividida em classes sociais com seus interesses específicos, mas uma sociedade na qual todos os indivíduos estão livres para prosperarem suas habilidades empreendedoras, na condição de livre concorrência, para evitar a servidão do indivíduo ao coletivo. Assim, todos os indivíduos teriam a liberdade de produzir, vender e comprar tudo que desejassem (HAYEK,

2010 apud AMORIM et al., 2022). O empreendedor seria o responsável pela promoção do próprio desenvolvimento econômico, assim como o desenvolvimento do mercado, a partir de sua criatividade evolutiva, criando novos bens de mercado ou reorganizando processos de produção. (SCHUMPETER, 1997 apud AMORIM et al., 2022)

Entretanto, é defendido pelos autores que o modo de vida empreendedor atua como explorador e fragilizador do trabalho, transferindo os riscos e custos para os trabalhadores. O princípio de que cada indivíduo pode prosperar através do empreendedorismo permanece, porém, a figura do empreendedor transpassa a necessidade de ter propriedade privada ou capital para enfrentar a competição do mercado. Agora o trabalhador sem propriedade deve começar a empreender com sua própria força de trabalho e ser responsável por sua valorização no mercado competitivo ou no próprio mercado de trabalho. Cada trabalhador deve estar pronto a concorrer individualmente no mercado, “constituindo uma sociedade baseada na ideia de que todos poderiam, e deveriam, ser empreendedores.” (AMORIM et al., 2022)

Desta forma, a valorização de certas características empreendedoras se tornam centrais no mercado de trabalho e essas são estimuladas através desse discurso neoliberal em diversos contextos, como mídias sociais, escolas e universidades. O propósito dessas instituições, de acordo com os autores, seria de reduzir as oposições de diferentes classes econômicas, propagando a agenda de que as classes são iguais e não possuem interesses específicos com o propósito de moldar o trabalhador para o padrão que as classes dominantes desejam. A manutenção do sistema neoliberal depende da divulgação do ideário empreendedor:

Esse modo de vida tem, de maneira geral, três características que sintetizam seu sentido classista: 1. Reforçam a conversão de todas as dimensões da sociabilidade às relações mercantis, a autoridade do mercado; 2. Afastam as trabalhadoras e trabalhadores de formas de experiência e solidariedade classistas e, portanto, de conhecerem as relações de trabalho em que estão inseridos e reconhecerem a “natureza” mercantil de tais relações sociais, propondo um modo de vida alternativo; e 3. Consequentemente, objetivam suprimir o conflito entre as classes sociais ao fazer parecer que todos são iguais ao serem empreendedores, mesmo em suas desigualdades no mercado, subordinando a força de trabalho aos objetivos do capital. (AMORIM et al., 2022, p. 856)

Os autores afirmam que, portanto, o empreendedor deixa de ser o agente de mudança social e pessoal e do desenvolvimento econômico, como teorizava Schumpeter, para ter o papel de consolidar novas relações sociais e trabalhistas precárias, que impulsionam a

regressão do trabalho com direitos. Esse fator, para os autores, é o que mistifica a relação entre classes, já que cria uma imagem ilusória de igualdade das classes dentro da competição de mercado, enquanto reafirma a dominação de classe ao adaptar a massa trabalhadora aos objetivos capitalistas. (BRAVERMAN, 1977 apud AMORIM et al., 2022)

Isto posto, os autores compreendem que o empreendedorismo se estrutura como um conjunto de ideias que estimula a contribuição dos trabalhadores com o capital, mas também como prática gerencial que impulsiona certas características comportamentais para aumentar a produtividade do sistema. Ao contrário da imagem de autonomia e auto-realização pessoal, esse discurso representa “uma radicalização da subordinação aos interesses de valorização e acumulação capitalistas, que são garantidos com base na imposição de um tipo humano formatado para o trabalho autogerenciado, ávido por colaborar” (AMORIM et al., 2022). A propagação desse discurso reforça a autoridade do capitalismo, tomando a quase totalidade dos âmbitos sociais e distanciando os trabalhadores da consciência de classe.

3. O TRABALHO SEM PATRÃO NA PERIFERIA

A partir das noções construídas até aqui sobre neoliberalismo e empreendedorismo e seus efeitos materiais e imateriais, iremos desenvolver neste capítulo a ideia do trabalho por conta própria periférico, para entender como esse fenômeno afeta grupos diversos de formas diferentes e produz novas formas de organização e racionalidade que advêm da diversidade.

No capítulo I, com ajuda de múltiplos autores conseguimos delimitar como será considerado o termo empreendedorismo neste trabalho: Dardot e Laval (2016) definem o empreendedor do neoliberalismo essencialmente como o homem-empresa competidor; Lindoso e Leite (2022) o conceituam como uma manifestação ideológica do capitalismo, intensificada com o surgimento do neoliberalismo; Duck (2022) ilustra o empreendedor como produto da racionalidade neoliberal hegemônica; Han (2021) descreve o indivíduo que adoece por sua constante autoexploração, traduzida como produtividade constante. Apesar de encontrarmos certa harmonia nos conceitos de empreendedorismo hegemônico para os autores apresentados anteriormente, será discutido a seguir algumas divergências teóricas sobre os efeitos da lógica empreendedora.

Contrastando com a noção trabalhada pelos autores acima, o conceito de “economia popular” de Veronica Gago (2018) descreve as configurações de atividades produtivas de setores pobres e periféricos através de uma transformação de valores neoliberais em resposta à perda de direitos e estabilidade. Gago trabalha as formas de resistência que ocorrem para reformular a agenda neoliberal dentro de espaços periféricos, ao contrário de retratar o fenômeno como uma forma de trabalho puramente exploratória, sem atrito ou oposição. Gago (2018 apud MICK; NOGUEIRA, 2023) propõe uma nova visão sobre a informalidade, realçando suas formas de produção e relação entre os agentes, o que cria novas dinâmicas sociais e aprofunda a definição de trabalho por conta própria.

A alteração na conceituação sobre empreendedorismo e economia popular é trazida para transcender a ideia do desenvolvimento de práticas individualistas e competitivas no trabalho por conta própria, reconhecer que existem padrões de empreendedorismo que não se encaixam no modelo de lógica empreendedora descrito acima e analisar como as transgressões coincidem e/ou competem com a ideologia hegemônica, criando novos modelos que se afastam ou aproximam dela (CORREIA; GAIGER, 2010 apud MICK; NOGUEIRA, 2023).

Apesar do movimento econômico que tem gerado maior concentração de renda nas últimas décadas, e no Brasil principalmente depois de 2015, estudos e políticas têm sido apresentados para apoiar o desenvolvimento econômico nas periferias, juntamente com as políticas públicas que entraram em vigor durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Tais políticas públicas alteraram a percepção sobre favelas e periferias, antes espaços de miséria, agora uma zona de consumidores e circulação de dinheiro (MICK; NOGUEIRA, 2023). Assim, tanto na academia quanto fora, percebe-se o aumento de apoio para atividades econômicas de periferia:

Nesse contexto, emerge a presença de indivíduos e organizações que atuam para promover e apoiar as atividades econômicas na periferia. Esse tipo de ativismo emergiu para a esfera pública sobretudo na última década, em todas as regiões metropolitanas brasileiras e em outras cidades de maior porte, para responder a uma necessidade nunca antes reconhecida (e, depois, jamais plenamente atendida): a de apoiar pequenos empreendimentos e o trabalho autônomo ou por conta própria em comunidades periféricas. (MICK; NOGUEIRA, 2023, p. 120)

Relacionar o conceito de trabalhador de periferia com o empreendedorismo, porém, é estudar um vínculo complexo. Pesquisadores têm se debruçado sobre a união entre essas duas categorias, formando um vínculo também com a economia solidária para debater a lógica hegemônica do empreendedorismo nos pequenos negócios periféricos. Entretanto, analisar essas duas categorias como duas realidades opostas não teria sentido, empiricamente. A ideologia empreendedora hegemônica se enraíza em nossa cultura através de diversos veículos de propagação públicos e privados, como já discutido anteriormente. O que se mostra interessante é compreender essas categorias como processos interligados, que se influenciam e contrastam, assim conduzindo a variantes ou outros modelos a partir de seus afastamentos e aproximações filosóficas e políticas (CORREIA; GAIGER, 2010 apud MICK; NOGUEIRA, 2023)

Mick e Nogueira (2023), em sua pesquisa nos pequenos negócios periféricos, através de discursos de ativistas do “empreendedorismo de quebrada”, observam os novos arranjos produtivos existentes nesse ambiente que justapõe o emprego formal e o informal. Como diz o entrevistado H1, os trabalhadores autônomos de periferia possuem “uma capacidade muito aguçada de entender o que que o território precisa, isso nunca foi um problema, a gente explorar oportunidades a partir do ponto de vista das pessoas”.

A recente utilização do termo “empreendedor” por trabalhadores por conta própria de periferias suscita uma dualidade de interpretações opostas: uma, de incongruência, pois o discurso hegemônico de empreendedorismo pratica violência simbólica por mistificar a relação entre classes e colocar ricos e pobres na mesma categoria ideológica, apesar de privilégios financeiro e social de classes mais altas; a outra interpretação demonstra satisfação, que se relaciona com a reivindicação de protagonismo e respeito sobre as atividades econômicas da periferia, que mudaram de “se virar” para “empreender”. E essas visões trazem complexidades ao tema em análise (MICK; NOGUEIRA, 2023).

Para compreender a complexidade do tema no cenário de informalidade nas periferias, esses autores norteiam sua pesquisa a partir de dois pilares:

- a) o trabalho informal por conta própria é um fenômeno histórico e estrutural do desenvolvimento do país, e não deve ser analisado sob a lente do “contrário da formalidade”, ou algo que falta legalidade; e
- b) o trabalho por conta própria também não pode ser estudado sem considerar as desigualdades de gênero e raça em sua constituição.

As diferenças de gênero e raça são as principais categorias que contrastam a distância entre os dois tipos de trabalho informal: o “empreendimento” e o “bico”. Os estudos sobre as novas relações flexíveis de trabalho e o aumento da informalidade apontam o modo como afetam grupos estruturalmente marginalizados. O enfoque interseccional analisa o enraizamento das estruturas de gênero e raça e seus cruzamentos, juntamente com classe e outras categorias. A precariedade laboral e social é um marcador comum entre os trabalhadores por conta própria, entretanto, a divisão dessa categoria é marcada por subdivisões entre outras categorias e suas interseções, como gênero, etnia, território, entre outras (MICK; NOGUEIRA, 2023). Como coloca o ativista H3, majoritariamente, são negros que trabalham, que têm essa relação, esse contato mais direto com o trabalho informal. Em grande medida, mulheres e muitos jovens.

Crenshaw (2004, apud MULLER, 2022) conceitua a interseccionalidade como a lente que procura capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Essa lente procura iluminar a forma na qual o racismo, a opressão de classe, o patriarcalismo, e outros sistemas estruturais discriminatórios criam desigualdades que moldam a posição social de diferentes gêneros, raças e etnias, classes, localizações etc..

O trabalho informal sempre foi observado como intrínseco à pobreza, e seus laços com a baixa escolaridade, migração e falta de direitos são estudados e aprofundados por diversos cientistas sociais brasileiros e latinoamericanos. A pesquisa realizada por Mick e Nogueira (2023) evidencia como as desigualdades como racismo, machismo, preconceito regional e de classe agravam a precariedade do trabalho de forma cumulativa: “Os dados, reorganizados com a finalidade de observar a distribuição das desigualdades, reiteram a persistência de racismo, patriarcalismo, preconceito regional e/ou de classe, como dobras que agravam o trabalho já maculado pela precariedade” (MICK; NOGUEIRA, 2023, p. 25).

Similarmente, Abramo (2021) observa que o fenômeno da informalidade na América Latina é fortemente marcado por eixos estruturantes de desigualdade social, caracterizando um grupo heterogêneo e que é afetado por manifestações não apenas de raça e gênero, assim como desigualdades socioeconômicas, territoriais, de faixa etária, etnia e gênero e suas entrecruzadas. Abramo também nota que os eixos estruturantes são matrizes de desigualdade estrutural, herança de um passado colonial escravocrata, que se torna o obstáculo central para o exercício de direitos e democracia.

Mick e Nogueira (2023) afirmam que as características de gênero e raça e suas interseções constituem uma “pirâmide de desigualdade” que coloca homens brancos no topo, e em sua base, mulheres negras. A análise de dados da PNAD-C (2019) mostra que desigualdades estruturais de gênero e raça afetam diretamente a divisão social do trabalho por conta própria dos brasileiros. Os efeitos da desigualdade são bem nítidos quando observa-se os dados de renda: quanto maior a renda, mais as atividades são ocupadas por homens brancos, enquanto a faixa das rendas mais baixas são ocupadas por mulheres negras. Os efeitos macabros da divisão sexual e racial do trabalho indicam os efeitos de longa duração do colonialismo na sociedade pós-industrial brasileira, como exemplifica Lélia Gonzalez:

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira. (GONZALES, 2020, p. 98)

Os eixos estruturantes de desigualdade afetam os trabalhadores por conta própria em diversos aspectos socioeconômicos, como grau de escolaridade, renda e formalização. Assim, o uso do enfoque interseccional esclarece as diferenças estruturais entre o grupo de

trabalhadores por conta própria de um modo que enfoques “excludentes” não conseguiriam (MICK; NOGUEIRA, 2023). Collins e Bilge (2021 apud MULLER, 2022) afirmam que, sem as lentes da interseccionalidade e da construção histórica de desigualdades estruturais, não é possível compreender o conjunto de discurso e práticas que precarizam a reprodução social da população negra, principalmente de mulheres negras, que sofrem os efeitos mais perversos de racismo e patriarcalismo.

Os autores acreditam que os dados obtidos materializam as hipóteses de Adalberto Cardoso (2019 apud MICK; NOGUEIRA, 2023) sobre os impactos estruturais da colonização na construção do capitalismo no Brasil, caracterizando a desqualificação da população negra e a degradação social do trabalho manual. Da mesma maneira, Oliveira (2003, apud MICK; NOGUEIRA, 2023), utiliza teoria marxista para afirmar que o aumento da informalidade traz duas categorias de emprego: um “atrasado” e desvalorizado e um “moderno” e prestigiado, que se conectam para formar uma economia dual. Quando o setor moderno não gera empregos suficientes, o excedente da força de trabalho migra para o setor atrasado e se mantém como exército de reserva.

Lélia Gonzalez (2018) aponta o importante papel da desigualdade racial como articulação ideológica, assim como elemento palpável de depreciação da população negra no mercado de trabalho. O racismo se mostra como um dos pilares de estratificação social no capitalismo enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas cotidianas. Como afirma González, a população negra constitui a maioria da massa marginal e do exército industrial de reserva, exibindo o abismo da divisão racial do trabalho.

A teoria da marginalidade também foi utilizada para caracterizar a massa marginal compreendendo o contexto capitalista em países subdesenvolvidos. A força de trabalho marginal é afetada diretamente por relações sociais desiguais, constituídas ao longo da história e formação do Estado. Agora apropriada pela acumulação dependente do sul global, a massa marginal se integra no setor terciário e em atividades informais, demonstrando a longevidade de estruturas desiguais, advindas do colonialismo (KOWARICK, 1977 apud MICK; NOGUEIRA, 2023). Muller (2022, p. 58) conclui: “Portanto, a soma das condições históricas e das relações econômicas e políticas dos países latino-americanos nesta fase do capitalismo dependente garante o desenvolvimento de uma massa marginal condicionada à estrutura de acumulação e dos ordenamentos raciais.”

A estrutura colonial ainda é palpável, e sua história ilustra o *pipeline* da massa de trabalhadores escravizados para trabalhadores informais. Como afirmam Mick e Nogueira (2023, p. 30): “No movimento consumado pela abolição, mais e mais ex-escravos libertos incorporaram-se ao contingente da economia informal – condição que caracterizou também o emprego doméstico, desde sempre majoritariamente feminino”. Florestan Fernandes (1965, apud MULLER, 2022) também conclui que a divisão racial e sexual do trabalho manteve as mulheres negras estagnadas na passagem do trabalho escravo ao assalariado, circunscrevendo-as perpetuamente como domésticas.

Passos (2021) também assegura que, entre as décadas de 1970 e 1990, período que apresentou mudanças significativas de flexibilização no mundo do trabalho, a classe trabalhadora negra compunha a maior parte dos informais e a maior parte dos desempregados, assim consolidando suas condições precárias de reprodução social. Logo, conseguimos perceber um padrão histórico de abandono e precarização da classe trabalhadora negra, principalmente em momentos de crise, por parte de um sistema institucional que cristalizou a desigualdade. Mídias propagam o discurso meritocrático que impõe responsabilização pessoal e disfarça liberdade econômica como liberdade política (ALMEIDA, 2018 apud PASSOS, 2021). Passos (2021, p. 12) caracteriza que esse movimento estaria “transferindo ao trabalhador a responsabilidade sobre si mesmo, deixando-os à própria sorte, assim como aconteceu com a população ex-escravizada no pós-abolição”.

Assim torna-se pressuposto teórico desta pesquisa o fato de que a desigualdade racial advinda da colonização e escravidão é inerente à informalidade (PASSOS, 2021). As mudanças de fases do regime econômico também alteram as dinâmicas de desigualdade racial, se expressando como marginalização, grandes taxas de informalidade e precariedade social. Assim, capitalismo e racismo sempre estarão proximamente vinculados, uma vez que o sistema econômico global do capitalismo depende diretamente da exploração laboral da população negra (MOURA, 1994; QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2018; MELLO, 2020 apud MULLER, 2022).

Muller (2022, p. 56) afirma que “raça como construção social esteve intimamente ligada à constituição das classes sociais no Brasil (...)” Theodoro (2022, p. 337) demonstra pensamento semelhante, ao assegurar que “as estruturas das instituições vigentes, elas mesmas resultantes da sociedade desigual, modelam e potencializam a desigualdade futura”.

Portanto, se compreende que a desigualdade racial é parte estrutural das relações de trabalho associadas à condição das classes sociais, a partir de um passado escravocrata e de estruturas sociais que se estabelecem e desenvolvem ao longo do tempo para manter as estruturas desiguais, e portanto, o sistema econômico e as classes sociais pertencentes a este. As reproduções das desigualdades raciais operam como base de sustentação de desigualdade social e econômica. (theodoro 2022)

O termo “sociedade desigual”, de Theodoro (2022), sugere que a desigualdade não é um processo passivo trazido do passado, e sim um decorrer de processos permanentes que se apresentam em diversas dimensões sociais de forma micro ou macro - no mercado de trabalho, na saúde, na educação, nas micro agressões sociais. A síntese da sociedade desigual, de acordo com o autor, é uma sociedade com caráter elitista e autoritário, incapaz de grandes reformas, pois segue o objetivo de consolidar uma ordem social hierárquica, na qual as possibilidades de ascensão se determinam acentuadamente por raça.

Muller (2022) igualmente realça a relação entre racismo estrutural e práticas realizadas no meio social, sendo elas políticas, econômicas, subjetivas ou ideológicas. Tais práticas reforçam cotidianamente os pilares que sustentam a desigualdade racial, desde o colonialismo até o capitalismo neliberal, como um dos principais elementos da construção da sociedade brasileira. O desenvolvimento de práticas do meio social afetam o modo em que negros são vistos dentro da sociedade, mas também a construção da memória subjetiva de indivíduos racializados. O autor também expõe como o conceito de racismo estrutural ajuda a compreender que os processos históricos se expressam na realidade racializada. A raça também é atualizada de acordo com a estrutura econômica, política e ideológica:

Desta maneira, a categoria de racismo estrutural deve ser encaixada na perspectiva de luta social, relacionada às relações de hegemonia, poder e hierarquia, servindo como suporte de concepções materialistas do racismo, pois o mesmo desenvolve-se como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução do capitalismo. (OLIVEIRA, 2021 apud MULLER, 2022, p. 41)

Portanto, devemos compreender que a manutenção da desigualdade está ligada a um conjunto de normas sociais, econômicas e políticas institucionais. A desigualdade racial articula entre suas práticas e seus discursos uma divisão racial do trabalho, preservando assim na estrutura de classes a estratificação social. Como coloca Gonzalez (2020), independente do desenvolvimento econômico brasileiro, a força de trabalho negra foi mantida na condição de

exército de reserva. O todo nunca será dividido de forma justa, pois esses mecanismos de manutenção de desigualdade, criados a partir da sociedade escravocrata, preservam a estrutura e o *status quo*. Um problema estrutural apresentado é que, em períodos de crescimento econômico, as melhorias para os trabalhadores negros são mínimas; contudo, em momentos de crise, suas condições de reprodução social são reduzidas rapidamente (MELLO, 2020 apud MULLER, 2022).

Para a população negra brasileira, as possibilidades de ascensão têm sido mínimas; Gonzalez (2018) afirma que a classe trabalhadora negra foi excluída do processo de desenvolvimento do país, se ocupando majoritariamente de trabalho informal e sofrendo níveis altos de precariedade em sua habitação, saúde, educação, entre outras condições de vida. A distribuição de renda é um dos aspectos que constitui a desigualdade social brasileira. Muller (2022) aponta que é possível enxergar os efeitos da desigualdade racial em inúmeros marcadores econômicos, como escolaridade, rendimento salarial, índices de pobreza, desemprego, trabalho infantil e diversos outros.

Desde a década de 1990, momento de adoção de diversas políticas neoliberais no país, marginalização, informalidade e desemprego se mostram como efeitos colaterais da contra-reforma liberal, que “significava para o povo negro brasileiro a negação do seu direito à vida” (OLIVEIRA, 2021 apud MULLER, 2022). O mesmo ocorre a partir da segunda onda de políticas neoliberais, em 2015; lembremos que, em momentos de crise, os trabalhadores negros são os primeiros a sofrer com reformas no mercado de trabalho (MELLO, 2020 apud MULLER, 2022). A integração da economia brasileira ao modelo neoliberal aprofundou os abismos sociais, de acordo com Martins (2012, apud MULLER, 2022). A integração aos padrões de economia flexível e desregulamentação de direitos trabalhistas gera efeitos socioeconômicos, como o desemprego estrutural e a terceirização. Em vez de aumentar os níveis de ocupação, a flexibilização impõe a aceitação de salários mais baixos com menos direitos, aumentando a precarização de grupos que já sofrem desigualdade estrutural.

A agudização da conjuntura desfavorável desenvolvida na última década não se distribui de forma homogênea entre as camadas da população, os trabalhadores mais vulneráveis acabam por sentir de forma mais nefasta os efeitos da crise. As desigualdades gestadas estruturalmente no país condicionam o aumento da precarização da vida, seja na crescente taxa de informalidade, desemprego e evasão escolar (MULLER, 2022, p. 103).

As reformas trabalhistas que enfraquecem as relações de trabalho possuem efeitos danosos para a parcela de trabalhadores precarizados, dado o aumento do desemprego e do trabalho informal, o crescimento de ocupações precarizadas e a desvalorização do salário mínimo, assim aumentando o abismo de desigualdade social (MULLER, 2022). Os efeitos sentidos pelos trabalhadores mais fragilizados se intensificam pela ausência de proteção social e ações afirmativas por parte do Estado.

Para Passos, a racialização é intrínseca a locais de pertencimento e, principalmente, ao papel social, o que confina o lugar de pessoas negras enquanto trabalhadores, tanto materialmente quanto imaterialmente. Outros fatores também determinam os lugares de pertencimento, assim como outros eixos de subordinação. “Dessa forma, o racismo, o machismo e o empobrecimento são condições sociais concretas de acumulação de capital, que se materializam pela desumanização de um povo, que sofre com as construções históricas e que agora tem a precarização como mais uma dessas marcas históricas” (PASSOS, 2021, p. 17).

Lélia Gonzalez (2020) descreve a desigualdade sofrida por mulheres não brancas como uma “dupla discriminação”, caracterizada pelo caráter duplo de condição biológica - racial e sexual - que torna esse o setor mais oprimido dentro da sociedade. Articulando categorias de subordinação de raça, sexo, classe e poder, mulheres não-brancas da América Latina se encontram na interseção de diversos eixos de opressão e representam, em sua maioria, parte do imenso proletariado latinoamericano. Gonzalez (2020) aponta que a mulher negra é colocada no lugar de pilar que apoia a estrutura social ao seu redor; essa falta de apoio também se mostra nas barreiras dentro do movimento negro, protagonizado por homens, e no movimento feminista, protagonizado por brancas. Essas diferenças biológicas se manifestam como ideologias de dominação que se reproduzem e manifestam para alienar o grupo, não apenas economicamente, como ilustrado, mas também psiquicamente.

Historicamente, o trabalho feminino foi invisibilizado e excluído do mercado de trabalho assalariado. Entretanto, esse trabalho sempre esteve presente, apesar de menosprezado, e o doméstico, assalariado ou não, sempre foi majoritariamente um trabalho feminino (CRUZ JÚNIOR, 2022). Como diz Gonzalez, mulheres negras representam o grupo que predominantemente compõe o trabalho doméstico remunerado, que é extremamente desvalorizado, resultado da colonização: “Para além de toda construção que reserva à mulher

a função do cuidado do trabalho reprodutivo, alimentando desta forma a divisão sexual e racial do trabalho e a ampliação da tripla jornada de trabalho.” (GONZALEZ, 2018)

A autora expõe que, no período imediatamente após a abolição, à mulher negra foi atribuída a função de pilar de sua comunidade e família; além de trabalhar em domicílios de famílias brancas por falta de alternativas, ela era responsável pela manutenção de sua própria casa e família, ou seja, possuía dupla ou tripla jornada de trabalho. De acordo com a autora, se as mulheres brancas conseguiram inserir-se no mercado de trabalho e alcançar emancipação econômica e social, foi apenas pela dupla jornada das mulheres negras que realizam a função de doméstica - trabalho que é extremamente precarizado e dependente das famílias de classe média branca.

O trabalho doméstico é ainda majoritariamente ocupado por mulheres negras e caracteriza um trabalho desvalorizado e desprotegido, caracterizando uma saída infrutífera diante de crises financeiras: mulheres em geral são compelidas a ingressar em trabalhos mais flexíveis para balancear responsabilidades domésticas e de cuidado não remuneradas, e mulheres negras são principalmente afetadas por ausência de ações afirmativas. Assim se mantém um ciclo de opressão e precarização advindo diretamente da colonização, produto de discriminação racial e de gênero (GALVÃO; KREIN; TEIXEIRA, 2019 apud MICK; NOGUEIRA, 2023).

O mercado de trabalho informal sempre esteve intimamente ligado às desigualdades raciais. A população negra sofre mais rapidamente com crises econômicas; também representa a maior parte dos trabalhadores informais, o que pode intensificar a vulnerabilidade social e, como nos lembra Gonzalez (2018), discrepância de renda é um dos aspectos marcantes de desigualdade racial: “(...) foi possível compreender que os impactos das crises econômicas culminaram no aumento das disparidades raciais, afetando de forma mais visível os trabalhadores mais precários, em especial, os trabalhadores negros e negras” (MULLER, 2022).

Como afirma Piketty (2020, apud LINDOSO E LEITE, 2022), o discurso meritocrático que compõe a experiência trabalhista frequentemente parece servir para justificar o fato de que existem “vencedores” e “perdedores” do sistema atual, apagando a relevância de desigualdades estruturais enquanto acusa os “perdedores” de falta de talento ou mérito. Theodoro (2022) também chama atenção para o caráter econômico da sociedade desigual, moldada por um sistema econômico que não distribui a riqueza igualmente; o autor

descreve um mercado de trabalho dominado por empregos com baixas qualificações e baixa segurança: “Alta rotatividade, baixa qualificação e diferença de rendimentos remontam a um quadro perverso no qual os trabalhadores negros, notadamente as mulheres negras, ocupam as piores colocações e recebem as piores remunerações” (THEODORO, 2022, p. 340).

Voltando ao início do capítulo, ressaltamos que as dinâmicas “por conta própria” periféricas não podem apenas ser observadas por um escopo da miserabilidade e opressão estrutural; como observa Gago (2018 apud MICK; NOGUEIRA, 2023), as dinâmicas desenvolvidas nos negócios periféricos apresentam misturas únicas de aceitação e rebelião contra os moldes hegemônicos. É necessário contemplar as dinâmicas de resistência, exploração, e como essas duas interagem dentro do espaço e definem o trabalho por conta própria desses agentes:

“A proeminente resistência à mudança decorre de mecanismos ideológicos e repressivos que respondem por esse cenário de dissemelhanças. Mas a sociedade desigual não é um bloco monolítico. Tem embates, contradições, conflitos de interesse, lutas internas.” (THEODORO, 2022, p. 336)

Mick e Nogueira (2023) destacam a importância da historicidade e da inserção cultural dentro de atividades econômicas em periferias; é necessário contextualizar o local histórico e cultural das organizações econômicas periféricas, apontando as barreiras estruturais e a precarização que afetam diariamente a maioria dos trabalhadores por conta própria do país. O surgimento de negócios liderados por pessoas negras surge como forma de sobrevivência despertada pela criação de desigualdades, entretanto, também é uma forma de mostrar e valorizar cultura e saberes populares. Cruz Júnior (2022) também observa que as diversas concepções sobre empreendedorismo são formadas por diferentes racionalidades e formas de agir que as atravessam.

Como vimos, Passos (2021) defende que a racialização dos indivíduos se relaciona intimamente com seus lugares de pertencimento e seu papel social, assim determinando seu local como trabalhadores. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que a construção psíquica de raça influencia a racionalidade, portanto, a atuação desses indivíduos em suas atuações sociais. Como é sugerido por Gago (2018 apud MICK; NOGUEIRA, 2023), a razão neoliberal (ou “empreendedorismo”, como temos definido neste trabalho) é apropriada, transformada e manchada pelo grupo que mais sofre com essa própria lógica. As práticas econômicas possuem diferentes lógicas e organizações, de acordo com Cruz Júnior (2022).

Mick e Nogueira (2023) demonstram que para a parcela mais precarizada do país, mulheres negras de periferias, o empreendedorismo tem potencial de resgatar identidade e ancestralidade, além de independência econômica; por exemplo, evitar o trabalho doméstico se prova como um estímulo ao empreendedorismo desse grupo, que busca emancipação e maior visibilidade social. Os autores igualmente propõem que, para a afirmação da identidade étnica, o saber ancestral e a conexão com a comunidade são relevantes para a criação de autonomia, comunicando-se também com emancipação financeira. Além disso, a criação de redes não é apenas comercial: é criação de laços de afeto, partilha e (re)construção de narrativas próprias, unindo dores advindas da precariedade com superação e luta.

Veronica Gago propõe uma nova perspectiva sobre a atividade informal e suas dinâmicas que inventam novas formas e revolucionam dinâmicas produtivas e sociais (GAGO, 2018 apud MICK; NOGUEIRA, 2023). O novo sentido atribuído aos pequenos negócios periféricos e seu caráter colaborativo demonstra “uma aposta nas astúcias decoloniais que os agentes são capazes de produzir para se virarem nos arranjos produtivos já existentes diante da políticas públicas convencionais (...)” (MICK; NOGUEIRA 2023).

Theodoro (2022) define a sociedade desigual como elitista e autoritária, assim como rígida e resistente à mudanças; o que o autor aponta como importante para o progresso social e equilíbrio de poder entre diversos grupos é a emancipação e legitimação dos setores mais oprimidos. Entretanto, para finalizar, lembremos que o autor também define a sociedade desigual como espaço de oposições, contradições, conflitos de interesse de diversos fragmentos. Ele coloca que a transformação social virá da racionalidade e da resistência dos setores que são mais afetados pela desigualdade. Isso é igualmente assegurado por Gonzalez (2020), que compreende que o movimento popular ocupado por mulheres negras e indígenas procura se organizar coletivamente para efetivar as mais significativas mudanças sociais. As dinâmicas transformadoras e construtoras de uma nova dinâmica surgem exatamente dos grupos que mais sofrem com a estrutura hegemônica.

No entanto, até aqui, mesmo partindo de diferentes óticas, a classe trabalhadora parece estar representada como um grupo enganado ou encantado, em que a verdade sobre suas condições de vida não está sendo contada ou percebida. A ideia de que o empreendedorismo faz o indivíduo acreditar que ele é sua própria empresa e que, assim, o distrai do verdadeiro projeto emancipatório de classe, concede pouco espaço analítico para o modo como essas pessoas de fato mobilizam as práticas e comportamentos associados à narrativa empreendedora. Mais do que isso, não nos permite enxergar a miríade de racionalidades políticas e formas de organização da vida que estruturam o cotidiano dessa mesma classe” (CRUZ JÚNIOR, 2022, p. 836)

4. METODOLOGIA

A partir da discussão teórica realizada anteriormente neste trabalho, conseguimos perceber duas visões que se contrastam: a concepção do empreendedorismo como ideologia hegemônica, que precariza o trabalho e a vida da classe trabalhadora, e a perspectiva que analisa igualmente as diversas formas em que se resiste e corrompe a forma hegemônica de pensar a lógica empreendedora.

Um lado do argumento pode ser sintetizado por Lima e Oliveira (2022), iluminando o papel social do discurso empreendedor, que fornece aos trabalhadores a justificação de precariedade e trabalho sem direitos, ressignificando estes como uma categoria inspiradora e almejável. A disseminação da ideologia empreendedora se alimenta da desigualdade social, assim como justifica sua existência a partir dela, incentivando a depreciação do Estado de bem-estar social e da propagação do discurso meritocrático.

Passos (2021) afirma que o trabalho informal contribui para uma “não identificação” entre trabalhadores informais ou por conta própria, que preocupados com sua reprodução social individual, não se organizam como classe para resistir aos múltiplos ataques aos direitos trabalhistas das últimas décadas. Gonzales (2018) similarmente cita a existência de uma “lavagem cerebral” individualista do trabalhador negro brasileiro, que pinta o poder econômico como único modo de ascensão social.

Veronica Gago (2018), em contraponto, teoriza a existência de uma oposição popular, a partir do que ela conceitua como “neoliberalismo desde baixo”. A ideologia neoliberal hegemônica vem “de cima” e até chegar “embaixo” sofre metamorfoses e resistências a partir da vivência e cotidiano daqueles que vivem e transformam seus sentidos. De acordo com a autora, os traços mais conhecidos do neoliberalismo, como privatizações, desregulação e perda de direitos trabalhistas, são frequentemente combatidos ou absorvidos em espaços populares. Os espaços que ela denomina como “economias barrocas” nem aceitam, nem dispensam integralmente o empreendedorismo em seu sentido hegemônico, trazendo também novas formas de viver liberdade e obediência, novas racionalidades e afetividades:

Aqui situo claramente uma perspectiva que olha para "baixo" para encontrar aquilo que antagoniza, e que arruína, frustra ou confronta essa pretendida hegemonia, sem por isso ter um programa "anticapitalista" em termos puros ou precisos, mas que não abandona a luta "contra" os modos de expropriação do capital. (GAGO, 2018, p. 9)

O que a autora apresenta é que, apesar do agravamento de políticas neoliberais que precarizam as condições de trabalho e transferem a responsabilidade para o trabalhador acerca de sua reprodução social, a vivência do neoliberalismo pelas camadas populares desafia sua noção hegemônica, combinando e misturando noções de liberdade e emancipação com os dogmas hegemônicos do trabalho autônomo. O neoliberalismo “de baixo para cima” então trabalha suas práticas e transformações desse sistema a partir de vivências populares, saberes comunitários, identidades diversas e autogestão (GAGO, 2018). A interpretação de Gago é propositalmente contrária à análise vitimista das economias populares e de donos de pequenos negócios, escolhendo, em vez disso, protagonizar a ocupação de espaços periféricos e iluminar as possibilidades de independência e emancipação financeira de minorias em um contexto de desemprego e exclusão social.

Assim, são perceptíveis duas perspectivas ideológicas que apresentam ideias divergentes sobre os efeitos da ideologia empreendedora e resistência popular. As diferentes interpretações colocam o próprio neoliberalismo sob prismas filosóficos opostos, pondo em questão inclusive os limites de resistência popular frente a um regime global hegemônico. O que pode ser contestado e afrontado sobre esse regime pelas camadas mais precarizadas e com menos poder social?

A partir das diferenças teóricas sobre as tensões de reação e participação dentro de um regime econômico global, podemos nos perguntar qual seria o papel e a formação do personagem principal do capitalismo neoliberal, o empreendedor, e o que sua figura representa para a população pobre e periférica do Brasil. Deste modo, apresenta-se a pergunta principal deste trabalho: Os trabalhadores por conta própria de periferia se identificam como empreendedores? A qual nível o trabalhador se identifica ou contrasta com sua imagem hegemônica?

O objetivo deste estudo, portanto, é compreender os diferentes significados do termo ‘empreendedor’ para o trabalho por conta própria de periferias, segundo a percepção de 25 ativistas de organizações sociais que apoiam trabalhadores por conta própria. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas no projeto “Viver por conta própria: Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras”, coordenado por Jacques Mick e João Carlos Nogueira (2023). Os objetivos específicos deste trabalho são: observar padrões de uso do termo entre os entrevistados a partir das categorias de raça e gênero e suas encruzilhadas; examinar quais são as principais

dificuldades causadas por desigualdade estruturais de raça e gênero nas atividades por conta própria; compreender os diferentes significados de “empreendedor” para os ativistas e explorar quais são as tensões entre o controle hegemônico e as resistências organizadas contra a lógica competitiva neoliberal.

4.1 - O MÉTODO INTERSECCIONAL

De acordo com Bourdieu (2001) sobre a análise qualitativa, “[a] verdadeira submissão ao dado supõe um ato de construção baseado no domínio prático da lógica social segundo a qual esse dado é construído”. Assim, dentro da pesquisa é relevante compreender a lógica social que traz a construção de fala e visão de mundo dos entrevistados. Nesta pesquisa, será utilizada a análise qualitativa, tomando a interseccionalidade como base para compreender as diferentes lógicas sociais a partir de categorias de raça e gênero. Bourdieu (2001) também compreende que essa “submissão ao dado” não pode ser obtida a partir do que ele define como “filosofia da ação”, ou seja, a busca de racionalização de todas as ações dos agentes: “Os ‘Por quê?’ que marcam as conversas sobre a perda do emprego, a separação do cônjuge, o abandono da escola, a saúde, o desemprego, fazem pensar que tudo o que acontece à pessoa interrogada foi o resultado de uma livre escolha.” (BOURDIEU, 2001)

A compreensão sobre as ações descritas deve ser uma prática empática, e a compreensão do contexto das falas se faz essencial para analisar a mensagem passada. Para este propósito, será utilizada a interseccionalidade com o intuito de compreender melhor o contexto desses trabalhadores por conta própria de periferias, também levando em consideração desigualdades de gênero e raça dos entrevistados.

De acordo com Hankivsky (2014) interseccionalidade é catalisadora de grandes mudanças teóricas nas últimas décadas, por seu potencial metodológico para compreender a importância de intersecções de diferenças sociais e suas relações diferentes com o poder social. Kimberlé Williams Crenshaw é considerada a criadora da filosofia interseccional, causando uma cisão teórica que desafia políticas identitárias singulares ao centralizar as experiências de mulheres negras e demonstrar como as intersecções de raça, gênero e classe geram experiências completamente diferentes para cada grupo social. (HARRIS, PATTON, 2019)

Cho, Crenshaw e McCall (2013) explicam que a compreensão de interseccionalidade não é focada primeiramente em categorias de identidades ou subjetividades, e sim no uso da análise interseccional para iluminar desigualdades políticas e estruturais. As autoras defendem que a atenção à identidade deve confrontar o poder simultaneamente, destacando as estruturas de poder, em vez de identidades individuais.

A diferenciação entre categorias de identidade e estruturas de desigualdade realça um ponto importante para a discussão da interseccionalidade: os marcadores sociais da diferença causam vivências e, portanto, opiniões diversas, mas as interações entre eixos de subordinação marcam vivências além de identidades. Reconhecer desigualdades estruturais que se articulam e interagem, formando diversos eixos de subordinação, marca o estudo interseccional. Assim, diferenciamos as categorias de identidade das estruturas de desigualdade no contexto da metodologia interseccional; o método pretende identificar e diferenciar na pesquisa a lógica do poder, que é ligada a uma ótica de dominação, operando e determinando as representações sociais, muito além de um mero conjunto de opiniões (BONFIM; ROCHA; BAHIA, 2019).

Através do reconhecimento de que a lógica dominadora gera uma ótica de representações sociais determinadas pelo poder, é possível ter consciência de que as subjetividades produzidas no processo de pesquisa refletem as complexas relações de poder e marcadores sociais de diferença (DÍAZ-BENÍTEZ E MATTOS, 2019). Bourdieu (2001) igualmente pontua que os condicionamentos sociais são inseparáveis dos condicionamentos psíquicos, ambos associados à posição social e no espaço ocupado.

O uso da análise interseccional propõe explorar as representações sociais dos grupos a partir dos marcadores sociais de diferença, estudar níveis de subjetivação e resistência frente à opressão estrutural e entre as dinâmicas de interação de dois ou mais eixos de subordinação. “Em outras palavras, é importante buscar responder à pergunta: como os marcadores sociais da diferença articulam-se no campo pesquisado?” (DÍAZ-BENÍTEZ E MATTOS, 2019, p. 86)

Mary Matsuda (1991, apud LUTZ, 2015) estuda o método interseccional em prática com a “outra pergunta”. Ela tenta compreender as articulações entre eixos de subordinação a partir do método da outra pergunta, por exemplo: quando uma situação se demonstra fundamentalmente patriarcalista, a primeira pergunta deve ser “onde está o racismo dentro dessa situação?” Como defende Mackinnon (2013), a metodologia interseccional procura

uma análise integrada e interligada, propondo mais que uma mera “soma entre racismo e sexismo”.

Hankivsky (2014) adiciona que interseccionalidade transcende uma análise aditiva (raça + gênero + classe) ou multiplicativa (raça x gênero x classe) e, alternativamente, procura destacar o significado e as consequências das interações de desigualdades estruturais, e quais são as estruturas que as mantém. De mesmo modo, Harris e Patton (2019) colocam que empregar a interseccionalidade como uma soma de eixos de subordinação é uma ferramenta de nível micro focada em modelos de identidade que não gera definições sistêmicas da teoria, assim fugindo de seu propósito e potencial.

Harris e Patton (2019) citam Bowleg (2008) para pontuar que a interseccionalidade “permite um foco em como sistemas sócio-históricos interligados influenciam experiências identitárias interdependentes.” Com isso, podemos perceber que a interseccionalidade como método engloba questões identitárias por sua própria natureza, entretanto, se foca nas desigualdades sistêmicas. As autoras também explicam que a aplicação do método interseccional deve levar em consideração estruturas micro e macro para uma análise mais completa.

Interseccionalidade como abordagem pretende compreender as interações entre poder enquanto se foca nas experiências concretas de diferentes classes e diferentes interações de subordinação que causam hierarquias sociais, como descreve Mackinnon (2013). De acordo com a autora, a análise deve ser realizada de baixo para cima, com o objetivo de criticar opressões sistemáticas, com todas as suas variáveis, impostas de cima para baixo.

Uma abordagem que considera categorias não como distintas, mas como interligadas e fluidas, sendo criadas e modificadas a partir de dinâmicas de poder, em relações de subjetivação e resistência, demonstra o que a interseccionalidade pode realizar, de acordo com Cho, Crenshaw e Mccall (2013). Assim, de acordo com teóricas sobre interseccionalidade, esse se torna o papel da análise em suas diversas aplicações e potencialidades.

Afunilando mais um pouco, Mick e Nogueira (2023) descrevem a perspectiva interseccional a partir da pesquisa com trabalhadores por conta própria nas periferias brasileiras. O conjunto homogêneo de trabalhadores por conta própria experiencia desigualdades estruturais “que colocam em posição subordinada as populações negra e feminina no mercado de trabalho”. O movimento interseccional foi criado por mulheres

negras com o propósito de pensar discriminação de gênero por uma lente menos totalizante, demarcando as diferentes corporalidades e experiências que marcam as múltiplas formas de desigualdade e suas interseccionalidades. (DÍAZ-BENÍTEZ E MATTOS, 2019)

A partir de uma análise material, o relatório “Nas dobras da precariedade: Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil - um olhar para a PNAD Contínua” demonstra que o trabalho informal é extremamente segmentado por clivagens interconectadas de gênero, raça, território e renda; cada uma dessas caracterizada por diferentes desigualdades estruturais, que se entrelaçam, demonstrando diversas realidades e complexidades nessa modalidade.

A pesquisa também reforça que as desigualdades estruturais de raça e gênero afetam diretamente a divisão do trabalho por conta própria no Brasil, apresentando-se a partir da distribuição de atividades realizadas e, principalmente, renda: as mulheres negras formam a base de trabalhadores com a menor faixa de renda, seguidas por homens negros. Tal realidade, para Mick e Nogueira (2023) representa que “enfoques excludentes (ou de classe, ou de gênero, ou de raça) são insuficientes para a adequada caracterização deste segmento de trabalhadores(as).”

A metodologia interseccional não descreve um passo-a-passo metodológico para seguir seus princípios. Cada pesquisa, assunto e análise carece ser construída com um única configuração, montando a pesquisa de forma consciente com as diferentes realidades tratadas, com o objetivo de considerar o todo das relações de poder que afetam de forma micro e macro as múltiplas formas de desigualdade estrutural.

A análise interseccional será aplicada à metodologia exploratória com o intuito de compreender os diferentes efeitos causados pela desigualdade estrutural nas experiências dos trabalhadores informais. Essa modalidade, já prejudicada por políticas de afrouxamento das relações de trabalho, assim como reformas previdenciárias e desemprego estrutural, e também demonstra a importância de resistência a partir das categorias de gênero e raça e a influência que gênero, raça e suas encruzilhadas podem nos informar sobre a ambiguidade do termo empregador.

Díaz-Benítez e Mattos (2019) defendem que a pesquisa precisa ser realizada através de estratégias metodológicas e discussões teóricas que permitam que as diferenças dos marcadores sociais apareçam de forma clara, que possibilite o olhar crítico sobre os estereótipos objetificantes impostos sobre os grupos pesquisados. A divisão entre grupos não

é suficiente se não há questionamento sobre os “entendimentos das relações de poder”, assim fugindo da somatória de dominações e compreendendo as desigualdades como conectadas e interdependentes. Siqueira (2019) pontua que:

(...) as posições objetivas dos atores devem ser sempre percebidas em relação às posições dos demais. Essas posições são orientadas de acordo com o volume e a estrutura de capitais (econômico, social, científico e outros) disponíveis a cada ator, de maneira que uma mudança na posição de um ator influencia a relação entre esse ator e a posição relativa de outros atores no campo social. (p. 104)

Assim, o uso da abordagem interseccional se refere à uma discussão teórica muito além de um método concreto, e sim do uso do pensamento crítico em todo o processo de pesquisa para explorar as diversas formas em que níveis de dominação micro e macro devem ser considerados para a interpretação dos entrevistados, e suas diversas identidades; como eles se relacionam com seu trabalho, seu ambiente e outros grupos que sofrem desigualdade estrutural.

4.2 - As entrevistas do estudo

Esse Trabalho de Conclusão de Curso utilizará, para a análise qualitativa, as entrevistas realizadas para o projeto: “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil”, realizado por Jacques Mick e João Carlos Nogueira (2023).

Os entrevistados são ativistas de periferias, que movimentam e auxiliam as atividades por conta própria de múltiplas formas a partir de suas diferentes atuações. Foram realizadas 32 entrevistas online, e para esse trabalho, utilizaremos 25 transcrições realizadas com quatro homens brancos, cinco mulheres brancas, cinco homens negros ou pardos e onze mulheres negras ou pardas. Esses grupos são essenciais para nossa análise e apresentação dos dados; a análise de suas falas será separada pelas intersecções entre raça e gênero.

Ativistas foram escolhidos para serem entrevistados por seus contatos com múltiplas redes de trabalhadores por conta própria, e por sua articulação de redes; os ativistas entrevistados têm contato com múltiplos trabalhadores por conta própria.

Assim, através das categorias trabalhadas poderemos pesquisar sobre as relações de cada grupo sobre suas vivências específicas como trabalhadores por conta própria e os efeitos de opressão de raça e gênero, assim como noção de como os diferentes grupos reproduzem ou rejeitam a ideologia empreendedora hegemônica, para tentar compreender as tensões acerca do próprio termo.

4.3 - A análise

A partir da bibliografia sobre trabalho por conta própria, neoliberalismo e a figura do empreendedor, foram formuladas as perguntas específicas, centralizando os temas de interseccionalidade e empreendedorismo. A partir da leitura das transcrições, a seleção de falas relevantes foi embasada na análise temática, focando no conceito central do empreendedor, para compreender os núcleos de sentido associados aos temas centrais de empreendedorismo, precariedade e resistência adquiridos a partir das experiências dos entrevistados e suas identidades interseccionais.

A leitura das entrevistas fundamenta a análise qualitativa de suas experiências como ativistas periféricos e vivências com donos de negócios, com foco em explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema. Gomes (1993) coloca que a interpretação da pesquisa qualitativa deve seguir tanto o que é homogêneo quanto o que se diferencia dentro de um meio social, em nosso caso, as categorias de análise. O uso da abordagem interseccional possui como objetivo nessa pesquisa destacar as diferentes percepções a partir das categorias de raça e gênero e suas encruzilhadas.

Outras categorias como território, escolaridade, sexualidade e renda são pertinentes para a abordagem interseccional do trabalho por conta própria, entretanto, a abordagem desse trabalho será focada nas categorias de raça e gênero e suas entrecruzadas. Os dados socioeconômicos abordados demonstram que as categorias de raça e gênero classificam a precariedade sofrida no trabalho por conta própria, especificamente de mulheres negras, que sofrem desigualdade estrutural de uma forma única que as afeta socioeconomicamente, principalmente no trabalho por conta própria.

A apresentação dos resultados será baseada na avaliação *cross tabulation*, ou seja, cruzamento de categorias temáticas dos quatro grupos trabalhados: homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras.

4.4 - As categorias temáticas

As entrevistas semiestruturadas trouxeram diversos temas sobre as experiências dos ativistas, e alguns desses temas são articulados por múltiplos entrevistados. As reiteraões observadas por meio de leituras e releituras em múltiplas entrevistas foram separadas em categorias pertinentes ao foco de pesquisa deste trabalho. As categorias temáticas se relacionam com os temas principais trabalhados até agora: a precariedade e resistência dos trabalhadores por conta própria, as especificidades de suas experiências a partir de raça e gênero, e o conceito de empreendedorismo em suas múltiplas definições e execuções. São elas:

Redes: Definimos como redes a conexão entre múltiplos indivíduos dentro das atividades por conta própria; a formação de redes pode ser de caráter comercial ou pessoal, e valoriza a economia e as relações humanas nas economias informais dentro das periferias.

Empreendedorismo contra-hegemônico: A categoria temática será utilizada neste trabalho a partir das definições de Veronica Gago (2018) sobre “economias barrocas”: espaço que desafiam as normas definidas pelo capitalismo neoliberal hegemônico, e perseguem suas próprias definições, confrontando o sistema hegemônico empreendedor.

Raça, gênero e desigualdade: O termo serve para catalogar falas dos ativistas sobre as dificuldades das atividades por conta própria periféricas; navegando um sistema que nega identidade aos povos de periferia, às mulheres, às pessoas negras, às pessoas pobres e corta direitos trabalhistas e qualidade de vida definimos as reformas neoliberais que caracterizam o trabalho no século XXI, com foco específico em

desigualdades estruturais causadas por gênero ou raça e suas intersecções e como tais barreiras estruturais impõem dificuldades nas atividades por conta própria.

Representações do “empreendedor”: Essa categoria denomina a pergunta principal deste trabalho, que seria “esses trabalhadores são empreendedores?”. Múltiplos pensamentos e concepções sobre empreendedorismo em sua forma hegemônica se apresentam dentro desta categoria, aprofundando o distanciamento ou afinidade dos entrevistados sobre o termo “empreendedor” para descrever o trabalho por conta própria.

Empreendedorismo hegemônico: Esta categoria temática define o que iremos considerar como noções de empreendedorismo hegemônico, se referindo a subjetividades que manifestam competitividade, rivalidade e ideias meritocráticas.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho procura dialogar com temas de empreendedorismo hegemônico, interseccionalidade e o trabalho por conta própria, assim considerando as tensões entre a assimilação e a crítica ao empreendedorismo hegemônico; essas tensões são representativas não apenas da realidade cotidiana dos trabalhadores por conta própria periféricos, mas também do capitalismo neoliberal como sistema. A partir da análise das entrevistas, percebe-se as múltiplas concepções que os ativistas possuem sobre o trabalho por conta própria nas periferias e suas diversas conjunturas. A seguir, serão apresentados os resultados encontrados a partir da análise temática das entrevistas, separados pelos quatro grupos de ativistas e pelas categorias temáticas.

5.1 Homens brancos

Empreendedorismo hegemônico

As noções que defendemos como “empreendedorismo hegemônico” são expressadas nas falas dos homens brancos de algumas diferentes formas. Uma das características de suas falas é a associação de atividades empreendedoras com inovação, assim como o empreendedor schumpeteriano. Entretanto, o foco das ações dos ativistas se concentra em inovação e melhorias para a comunidade, ou, como coloca um dos entrevistados, o “empreendedorismo social”, que se desenvolve através de comunicação e tecnologia: “Então tecnologia, comunicação e arte são coisas que geralmente fazem parte das ideias que eles criam, que eles têm, é por aí.” (entrevistado H2)

O entrevistado H1 coloca a falta de inovação como um problema dentro de sua atuação, entretanto, para ele, a criatividade de inovação é algo que deve ser ensinado e estimulado para os donos de pequenos negócios. O mesmo ativista faz a separação de donos de negócios entre os que querem criar um negócio para sua subsistência e outros que procuram outros objetivos com seus empreendimentos. Entretanto não há posição crítica sobre os “empreendedores de subsistência” e suas condições socioeconômicas:

(...) eu acho que existe um confronto, uma certa tensão entre aqueles que querem só montar alguma coisa para ter algum tipo de subsistência ou algum tipo de

sustentação econômica e daqueles que querem uma transformação social e mais coletiva, que tem um sonho maior. (H1)

Outra característica que se encaixa nos moldes de empreendedorismo hegemônico é a desconfiança de entrevistados com iniciativas públicas de auxílio aos contraproprietas; esses ativistas procuram recursos estrangeiros, e participam de iniciativas privadas de outros países para buscar renda e recursos para suas organizações, e também para renda própria: “(...) hoje o meu foco como fundador do [projeto], uma pessoa que quer muito escalar o projeto, eu não olho mais para recurso público ou para recurso nacional, eu tô buscando recurso fora.” (entrevistado H1).

Apesar da atuação econômica ser um grande foco para este grupo, a organização política e social sempre tangencia as atividades realizadas pelos ativistas e pelos trabalhadores por conta própria. É possível observar que a atuação dos entrevistados tangencia outros tipos de atuação social e política. A vivência dos trabalhadores por conta própria inclui diversas formas de engajamento, inclusive pelo seu próprio trabalho:

O uberizado, ele é um trabalho muito incerto, uma semana tem trabalho, na outra não tem, um dia ele ganha, no outro dia ele não ganha nada. (...) Então, pode ser que essas pessoas que fazem nesse momento o contato com o desemprego e a uberização, descubram que só é possível ser empreendedor de si mesmo quando se faz isso coletivamente, socialmente, solidariamente. (H3)

Esse grupo é o que mais valoriza os valores do empreendedorismo hegemônico; apesar de todas as suas falas e ações serem direcionadas à periferia e suas necessidades, os homens brancos foram aqueles que apoiam com entusiasmo o uso de tecnologia e empreendedorismo para melhorar as condições das periferias. A tendência do grupo é abraçar o empreendedorismo, em vez de combatê-lo, o que difere um pouco dos outros grupos da pesquisa.

Raça, gênero e desigualdade

Os entrevistados comentam diversas situações em que os trabalhadores por conta própria encontram adversidade e opressão em sua realidade, por desigualdade de raça, gênero ou mesmo de renda os efeitos dessas. Diversos relatam que encontraram dificuldades em estabilizar projetos, que as próprias atividades realizadas pelos trabalhadores estão sempre migrando ou que os trabalhadores não conseguem fomentar renda suficiente para o trabalho por conta própria se tornar a sua ocupação primária.

Um dos ativistas observa que as medidas tomadas por seu projeto não foram bem sucedidas, consequência da realidade precarizada dos trabalhadores. Ele explica que, além de dificuldades trabalhistas, a violência física presente nas periferias afeta o aproveitamento dos participantes. Também aponta que raça se demonstrou como um fator expressivo de adversidade dos trabalhadores por conta própria, devido à falta de apoio da comunidade para implementar seus negócios:

(...) isso veio mais de uma vez, uma consciência muito sensível das pessoas de entenderem que por serem negras muitas vezes não tinha um espaço de colocar uma iniciativa na comunidade de uma forma que fosse entendida como algo de credibilidade, ou então, pior ainda, que isso veio de forma recorrente, todas as vezes veio sem assunto, a opressão que viviam nas suas comunidades em função de disputas por território de traficante, ou então conflitos com a polícia recorrente.
(H2)

Outros ativistas também pontuam que a falta de autoestima não é um problema individual, mas sim da comunidade. As barreiras sociais, raciais, educacionais, territoriais e financeiras criam empecilhos físicos e psicológicos que precarizam ainda mais a vida desses trabalhadores. Assim, esse grupo mostra sensibilidade em relação às desigualdades estruturais que estratificam a vida dos trabalhadores.

Outro fator colocado como empecilho é a falta de capital dos trabalhadores, tanto por falta de inserção no mercado geral, como por seu próprio consumo. O consumo também é apontado como uma ferramenta de emancipação, mas ele é limitado. Entrevistados pontuam que, se os trabalhadores procuram serviços e produtos do “asfalto” e dos monopólios, não há capital dentro da própria periferia, demonstrando certa responsabilização individual para resolver problemas sistêmicos. Entretanto, é pontuado que a falta de infraestrutura e logística igualmente afetam o mercado consumidor da periferia.

Ademais, um dos entrevistados assinala o aumento do trabalho informal como fator relevante na precarização da periferia, sobretudo da juventude e de mulheres negras. Afetando direitos trabalhistas e salário dos trabalhadores, o imaginário empreendedor individualiza o trabalho e responsabiliza os indivíduos, especialmente minorias e pessoas da periferia. O empoderamento da periferia através de aumento de renda e projetos feitos por e para seu coletivo colide paradoxalmente com o projeto de informalização do trabalho e perda de direitos dos trabalhadores:

Então se a gente estava conversando naquela outra chave do empreendimento que empodera, esse é o momento do empreendedor de si mesmo que precariza, precariza a vida da pessoa [...] Sim, essa contradição. Eu acho que nós vamos passar por um período, agora, de grande precarização, através dessa informalização, e talvez lá na frente esse contingente vai redescobrir de uma maneira mais ampla, um contingente mais amplo de trabalhadores, a importância do empreendimento que empodera, do empreendimento solidário.(...) Então, pode ser que essas pessoas que fazem nesse momento o contato com o desemprego e a uberização, descubram que só é possível ser empreendedor de si mesmo quando se faz isso coletivamente, socialmente, solidariamente. Então há essas duas dimensões da informalidade, do trabalho informal, a dimensão onde o trabalhador tá atomizado, individualizado e jogado na sua individualidade, correndo atrás como um indivíduo solitário, ou tem o trabalho informal solidário, em rede, coletivo. (H3)

Além de certas barreiras institucionais mencionadas anteriormente, as falas dos entrevistados evidenciam claramente que os participantes de seus projetos são prejudicados a partir de sua identidade; os trabalhadores informais são, em sua maioria, negros, especificamente, mulheres e jovens. Essa parcela da população sofre os efeitos da precarização de forma mais intensa e exclusiva, e os entrevistados verificam nitidamente as duas dimensões contraditórias da informalidade e seus efeitos em minorias.

Empreendedorismo contra-hegemônico

O que foi analisado a partir das entrevistas é que os ativistas percebem a relevância da solidariedade feminina e da solidariedade negra como notáveis em seus projetos; o entrevistado H3 coloca que as mulheres que são mães solo, se tornam o pilar da família, assim como da comunidade. Essas mulheres passam suas experiências de trabalho autônomo para gerações mais jovens com facilidade, criando uma linhagem de conhecimento e empoderamento entre gerações mais antigas e mais novas:

Então elas também vivem dificuldades, então elas observam dessas empreendedoras, dessas mulheres que conseguiram desenvolver a sua atividade econômica, a sua autonomia. Elas percebem esse empoderamento, elas têm esse empoderamento como referência. (Ativista H3)

O ativista H4 coloca que a participação feminina no trabalho autônomo oferece autonomia às mulheres da periferia, não apenas financeira como social, evidenciando a liderança das trabalhadoras autônomas, muitas vezes mães solo. As consequências do envolvimento feminino são extremamente positivas, como a diminuição da violência doméstica: “(...) de fato aquelas mulheres assumem e assumem com muita força. Com muita resiliência também. Enfim, então isso é o que a gente faz. A agência.” (Ativista H4)

A partir da organização de grupos, outras formas de resistência são adotadas frente à precarização do capitalismo neoliberal; os entrevistados descrevem algumas formas em que os trabalhadores se organizam dentro de suas iniciativas.

O entrevistado H1 coloca que a criação de seu projeto é guiada para a mudança social dentro de territórios periféricos. O objetivo de sua atuação é protagonizar uma ação crítica no território: “uma atitude ativista junto com pensamento estratégico e de viabilidade econômica, esse tripé”. A idealização, entretanto, é algo presente nos participantes de seus projetos. Esses participantes criam um confronto com o sistema, sonhando com o desejo de transformação coletiva e da periferia a partir de seu trabalho.

O ativista H2 coloca a arte e a tecnologia como aspectos importantes para a resistência e para o envolvimento com seu projeto: “mas muita conexão com a arte, muita conexão com comunicação, muita conexão com tecnologia acaba vindo também. Então tecnologia, comunicação e arte são coisas que geralmente fazem parte das ideias que eles criam, que eles têm, é por aí.”

O ativista H3 pontua a presença da atividade política e militante entre os trabalhadores por conta própria; as atividades econômicas sempre tangenciam a luta política e social, e o próprio entrevistado participa de movimentos populares e direitos humanos.

Outro lado explorado é a educação enquanto resistência, trazido pelo entrevistado H4, que defende seu uso como ferramenta para melhorias na comunidade e emancipação dos trabalhadores por conta própria: “as atividades que se tem que avançar e se envolver e melhorar nas comunidades, elas são muito associadas ao aspecto educativo.”

Redes

A colaboração é evidentemente uma das maiores formas de resistência praticada pelos trabalhadores informais, em oposição aos valores de empreendedorismo hegemônicos. Como descreve o entrevistado H4: “(...) mas a questão colaborativa é maior do que a competitiva. (...) se você tem uma coisa que eu vou competir com meu próprio vizinho, porque a gente não se associa?”

Múltiplos entrevistados consideram a criação de redes como algo positivo e incentivam a criação de redes, sejam elas solidárias, cooperativas, ou de negócios. É levantado o potencial financeiro que a criação de redes fomenta; o consumo interno gera renda para a comunidade e fomenta a rede local.

A solidariedade é notada por múltiplos participantes, como o entrevistado H3, que coloca que a troca de sociabilidade dos trabalhadores por conta própria possui como efeito a melhoria de seus trabalhos, a troca de saberes e a qualificação. O ativista nota que esse movimento de solidariedade é protagonizado, sobretudo, por mulheres e pela juventude, e que resulta em reivindicação de informação e empoderamento coletivo dos participantes:

O aprendizado que essas pessoas, a troca que as pessoas, que esses pequenos empreendedores na periferia, existe uma troca, uma sociabilidade muito grande. Então isso se reverte na qualificação até da produção. Isso se reverte, se materializa na sociabilidade de conhecimento, na troca de conhecimento da qualificação, não só do produto, do serviço que as pessoas desenvolvem, mas existe um dinamismo muito grande na expansão dessa perspectiva de autonomia econômica. A pessoa que antes servia sempre como força de trabalho assalariado, quase sempre desempregado, quase sempre refém dos centros de empregabilidade, quando ela percebe que ela pode desenvolver uma atividade econômica, que essa atividade econômica pode gerar um lucro se tivesse o apoio, quando tem um apoio, como você disse né, na própria região e local em que é feito o produto, se ela percebe isso ela, começa a levar na sua troca social, ela leva essa informação, ela leva essa reivindicação, e isso gera uma empoderamento coletivo de exigência desse apoio, de exigência dessa estrutura social. (Ativista H3)

Entretanto, nem todos os entrevistados verificam a criação de redes; como mencionado anteriormente, o entrevistado H1 repara uma falta de autoestima da comunidade em seus projetos; a fragilidade comunitária e a falta de redes de apoio afetam os trabalhadores negativamente.

Em conclusão, as redes consideradas são extremamente positivas para os participantes, que se ensinam habilidades e melhoram a qualidade de produção. O lucro que pode ser gerado pela própria comunidade é uma forma de apoio, mas também que a troca social e o empoderamento coletivo geram demandas de qualidade de vida: “O que era um indivíduo atomizado, passa ser um indivíduo coletivo, passa a ser um agente coletivo, que pede melhoria, que pede recurso, que troca conhecimento, que melhora seus produtos e seus serviços”. Em geral, os ativistas desse grupo destacam mais o potencial econômico da criação de redes, em oposição a outros grupos, que levantam também os benefícios para a autoestima e união da comunidade. Contudo, o ativista H3 constata que a criação de redes é uma das formas mais eficientes de resistência ao capitalismo neoliberal e à precarização do trabalho: “Então, pode ser que essas pessoas que fazem nesse momento o contato com o desemprego e

a uberização, descubram que só é possível ser empreendedor de si mesmo quando se faz isso coletivamente, socialmente, solidariamente.”

Representações do “empreendedor”

A partir de todas as considerações sobre as diversas facetas do trabalho por conta própria, iremos analisar o que os entrevistados e suas redes sentem sobre o termo “empreendedor” para descrever os trabalhadores por conta própria de periferias.

Existem entrevistados que utilizam o termo “empreendedor” para descrever os trabalhadores por diversos motivos; o ativista H1, por exemplo, utiliza o termo pois acredita que cisões entre a categoria são mais prejudiciais que produtivas. A partir dessa noção, ele utiliza o termo dependendo de grau de formalidade, como é possível observar a seguir:

Eu chamaria alguns de pequenos empresários, mas aí quando tem um negócio formal, eu quero dizer com CNPJ registrado, então pequenos empresários e empreendedores, aqueles que são informais, que não tem ainda. Porque eu entendo os outros nomes tipo viradores, por exemplo, a questão é que eu acho que a gente tem que aproximar e não diferenciar tanto (...)Então às vezes eu acho que tem uma diferenciação que não ajuda, que enfraquece. (...) Então eu chamaria de empreendedor e pequeno empresário.

O entrevistado H1 utiliza o termo “empreendedor social”, assim como um termo específico ligado à filosofia de seu projeto: “Empreendedores sociais, e a gente usa muito Visionários”. O entrevistado coloca que essa nomenclatura específica é utilizada para o empoderamento dos trabalhadores sobre suas atividades.

Outros entrevistados, apesar de não expressarem o termo específico de sua preferência, utilizam o termo “empreendedor” durante as entrevistas para descrever os trabalhadores. Assim, concluímos que dentro desse grupo de entrevistados nenhum se opõe ao uso do termo “empreendedor”, sendo favoráveis ao uso dele para desenvolver autoestima e união entre a classe. Esse grupo e o grupo de mulheres brancas são os únicos grupos que não se opõem ao uso do termo “empreendedor” para se referir aos trabalhadores.

5.2 Mulheres brancas

Empreendedorismo hegemônico

Esse grupo de entrevistadas, através da sua atuação, se aproximam de valores que afirmamos anteriormente como valores do empreendedorismo hegemônico. As atividades podem se vincular a grandes empresas ou programas de incentivo ao empreendedorismo. Além disso, algumas expressões categorizadas como “hegemônicas”, como competitividade ou romantização da figura do empreendedor se apresentam em seus discursos, apesar de nenhum valor hegemônico ser explicitamente marcante em suas falas.

A entrevistada M2 coloca que algumas atividades por conta própria, mesmo em pequena escala, são consideradas negócios legítimos, e que sua atuação envolve também inspirar mulheres a aumentarem sua autoestima e seus negócios:

A gente faz esse trabalho então de ajudá-las a entender que aquilo é um negócio, que ela tem um produto, que o produto pode melhorar, que ela pode ter mais clientes e que ela pode viver só daquilo, e a gente acompanhar elas por em torno de 2 anos. (Entrevistada M2)

Raça, gênero e desigualdade

Um dos pontos comentados pelas entrevistadas foram as barreiras estruturais que afetam o trabalho das mulheres que fazem parte de suas redes. A entrevistada M3 descreve problemas de infraestrutura, segurança, e precarização em geral que afetam as trabalhadoras. Ela comenta a falta de tratamento de esgoto, a violência da região e a discriminação como fatores que colocam as trabalhadoras em situação de extrema precariedade.

A renda baixa também é um problema que muitas vezes inicia o trabalho por conta própria. Por desemprego ou por salários baixos, o trabalho por conta própria acaba sendo um complemento necessário a outras atividades econômicas ou ao trabalho doméstico, dificuldade sofrida majoritariamente por mulheres. A entrevistada M1 reconhece os problemas financeiros como uma dificuldade imensa para as trabalhadoras e suas famílias. É possível observar que o trabalho fixo muitas vezes não garante a estabilidade financeira, o que incentiva o trabalho familiar para fomentar a renda.

A entrevistada M3 coloca também que um problema para essas mulheres é a falta de autoestima para desenvolver plenamente suas atividades; por escassez de recursos ou tempo e

diversos outros fatores, o trabalho dessas mulheres é desvalorizado e invisibilizado, o que acaba afetando o modo em como elas próprias se sentem em relação a essa ocupação:

Elas começam a empreender porque tá faltando comida em casa, ou meu marido ficou desempregado e a situação está muito difícil (...). Sempre começa como um complemento de renda, uma alternativa porque, geralmente, tem filho em casa, tem outras atividades do lar, às vezes elas inclusive fazem faxina ou fazem alguma coisa fora. Então é sempre meio como complemento e nunca com olhar de isso é um negócio sabe. (...) Eu acho que elas deveriam se valorizar mais, eu acho que elas deveriam acreditar mais no seu potencial, elas são muito, necessitam sempre que você esteja ali estimulando para que elas realmente acreditem de ampliar, para fazer aquilo. (Entrevistada M3)

As participantes na pesquisa explicitam o quanto a desigualdade de gênero pode afetar as atividades por conta própria, seja por responsabilização com a família, autoestima, falta de apoio, etc. A entrevistada M2 conta como as mulheres por conta própria se sentem divididas entre sua família e seu trabalho, demonstrando quanto o peso da dupla jornada de trabalho cai predominantemente sobre as mulheres.

Outrossim, a entrevistada M1 repara também em como a desigualdade racial afeta as atividades dos trabalhadores por conta própria; o acesso ao mercado é muito mais dificultado para a população negra, o que afeta diretamente sua renda. Portanto, podemos pressupor que as mulheres negras que trabalham por conta própria estão sofrendo mais intensamente os efeitos da precarização do trabalho, na interseção entre racismo e sexismo.

A ativistas M3 e M4 igualmente colocam que a pressão de cuidado afeta mais as mulheres da família e se torna um impedimento para a prática de suas atividades comerciais. Muitas vezes os homens da família auxiliam com as tarefas, entretanto, nunca se envolvem muito; além disto, apesar de existir uma rede de cuidados, essa rede é composta de mulheres da comunidade, e não seus parceiros ou familiares.

(...) uma hora começa mais gente pedir, e aí isso começa a te tomar mais tempo e o filho te demanda, cobra, o marido te demanda, cobra, a mãe te demanda e elas vivem sempre muito divididas entre família e negócio. E elas estão no negócio né, elas não tem funcionários, elas não tem alguém que pode fazer por elas, então se o filho fica doente ou os pais ficam doentes elas têm que parar. (Entrevistada M2)

Empreendedorismo contra-hegemônico

Apesar de todas as barreiras estruturais que precarizam a vida e trabalho dessas mulheres periféricas, elas encontram algumas diferentes formas de resistência às condições

inconstantes e instáveis que fazem parte de seu contexto. A entrevistada M4, por exemplo, coloca que realizar essas atividades econômicas por conta própria não é fácil, mas que por si já é uma forma de resistência e construção de uma própria identidade num contexto adverso.

A ativista M3 descreve essas donas de pequenos negócios como “pessoas de luta, pessoas que resistem, pessoas que não desanimam, pessoas que estão ali enfrentando as adversidades que acontecem na vida delas”. A persistência dessas mulheres de continuar, ainda que suas condições sejam extremamente precarizadas, mostra que a esperança de melhores condições de vida ainda permanece.

A ativista M3 igualmente expressa que o próprio fato dessas mulheres saírem de casa e focarem em atividades que elas escolheram já é o próprio ato de resistência que lhes dá autoestima, independência financeira e poder de criação, e ela observa isso como um ato empoderador. Similarmente, a entrevistada M2 destaca o aumento da autoestima das mulheres como um ponto significativo de seu trabalho como ativista. Além de autoestima profissional, a confiança em suas identidades também aumenta; muitas mulheres ao entrar em contato com sua ancestralidade e aumentarem sua autoestima se sentem empoderadas em sua identidade racial:

(...) a maior parte das mulheres que a gente assessora vai o que eu super superficialmente chamaria de pardas e muitas poderiam se reconhecer como negras mas não se reconhecem porque não foram incentivados para tal e é muito mais difícil você assumir um cabelo afro e tals nos lugares que você vai do que você alisar o cabelo e ‘fingir que se encaixa’. Então esse é a maior parte do público que a gente atende, então o que eu percebo é que acontece muito ao longo do processo dos dois anos, elas se sentem muito mais autoconfiantes para se assumirem negras no final. (Entrevistada M2)

Redes

A criação de redes de comércio se apresenta como uma faceta relevante para a existência do trabalho por conta própria nas periferias; apesar de cada rede ser organizada de diferentes formas, elas são uma forma de fortalecer a comunidade. A entrevistada M2 coloca que parte da sua atuação é criar as redes de forma online: “Elas geralmente se agrupam depois que começa o projeto [nome] aí, dentro das formações do [nome] criamos os grupos de WhatsApp para trocar experiências, trocam demandas, enfim, mas geralmente é cada um por si até antes de começar.”

A ativista M1 também menciona a importância das redes, com foco em como a coletividade aprimora as habilidades profissionais; o apoio mútuo se torna uma importante ferramenta de negócios.

No entanto, as redes de apoio não são apenas profissionais; múltiplas ativistas comentam o potencial da solidariedade entre essas redes de mulheres. A entrevistada M4 coloca que o cuidado e o pensar em coletivo é uma característica que define as mulheres com quem trabalha, e que “o afeto e a construção em rede nunca está desvinculado do trabalho”. As conexões feitas ali não só movem o trabalho, mas também a luta pela comunidade através de suas organizações e coletivos.

Representações do “empreendedor”

Os sentimentos desse grupo sobre o termo “empreendedor” são relativamente positivos. Inicialmente, é relevante mencionar que nenhuma delas se opõe ao uso do termo para descrever as mulheres com quem trabalham; a entrevistada M1 descreve que o termo “empreendedora” é o preferido para descrever as trabalhadoras: “Empreendedoras, sempre. A nomenclatura usada e como nós classificamos aqui é que são mulheres empreendedoras, dentro desse viés do empreendedorismo social, que é o viés da economia solidária.”

Assim observamos que esta ativista adota especificamente o termo “empreendedora”, mesmo que o foco de sua atuação seja a mudança social, a autogestão e a economia solidária.

Igualmente a entrevistada M2 classifica as trabalhadoras por conta própria de “empreendedoras”, apesar de descrever que as próprias trabalhadoras não utilizam o mesmo termo para descrever suas atividades: “Então eu acho que o primeiro grande aprendizado é esse, elas nunca se veem como empreendedoras”.

À vista disso, sua atuação como ativista envolve mudar a percepção das trabalhadoras, no que ela descreve como um aumento de autoestima profissional. É possível observar como a posição de “empreendedora” é valorizada pela entrevistada, que incentiva o uso do termo como forma de elevar o orgulho no trabalho das trabalhadoras por conta própria:

Então eu acho que assim, é isso, de cara, com 90% das mulheres que a gente trabalha as primeiras conversas são para dizer: você é dona de um negócio, você é empreendedora e você pode fazer disso uma fonte de renda legal, você pode buscar mais clientes, você pode saber direcionar o seu produto, pode, inclusive, melhorar o produto se quiser.

5.3 - Homens negros

Empreendedorismo hegemônico

As perspectivas desse grupo se encaixam de algumas formas distintas sob o termo “empreendedorismo hegemônico” em suas atuações e ideologias. A ideia de emancipação através da ética capitalista é comum em diversos entrevistados, como evidenciado pelo ativista H5:

E aí uma das teses que ele dizia é que a gente deveria, que a gente deveria ser corporativista, na verdade, o negro deveria ser corporativista na medida que eles pudessem dar sustentação aos seus negócios uns com os outros, alimentar uns com os outros, para poder crescer, para poder ter poder. Porque o poder, na sociedade capitalista, ele vai perpassar principalmente pelo dinheiro, da quantidade de dinheiro que você tem.

O entrevistado coloca o potencial de emancipação racial como consequência de acúmulo de capital. O entrevistado H5 também menciona a geração de empregos terceirizados como uma forma de auxílio da comunidade, colocando que o principal problema da periferia é falta de investimento: “poder[iam] terceirizar uma linha de produção, por exemplo, e poderia estar resgatando vidas e resgatando a dignidade das pessoas, de pobres da periferia.”

O entrevistado H7 igualmente aponta a necessidade de criação de renda através do empreendedorismo como uma forma de emancipação, demonstrando também uma desconfiança no Estado; sua solução é ir atrás do privado para empoderar o povo negro e periférico. O ativista também demonstra frustração com a comunidade por seus hábitos de consumo:

(...) assim que você recebe esse dinheiro você, no lugar de tá comprando roupa de empreendedor preto que vai estar empregando a família negra, ou então outras pessoas pretas que nem ele, tu tá dando esse dinheiro para o outro grupo (...).

A idealização de uma jornada de trabalho exaustiva para fazer seu negócio acontecer a qualquer custo também é trazida pelos entrevistados; a atividade por conta própria é algo que dá orgulho, e que justifica o trabalho incessante, pois pelo menos não é para o lucro dos outros, não é o “convencional”:

Isso é muito bom porque a gente sente na pele o que que é ser empreendedor, não é nós lemos sobre, nós lemos, também, mas além de ler a gente também tá praticando todo dia o ato de empreender. Então acho que o primeiro é a nossa vivência, quando a gente fala que o bagulho é 5 horas da manhã, que negócio é dormir 1 hora, sabe? (Entrevistado H8)

Raça, gênero e desigualdade

Os ativistas enfrentam diversos obstáculos para sua atuação, assim como os trabalhadores por conta própria. As dificuldades de se manter através do trabalho por conta própria também são trazidas; a jornada de trabalho pode ser muito intensa, com pouco descanso, para manter uma renda mínima:

Mas é isso, empreender f***, empreender é dormir 2 horas da manhã para acordar às 5 horas, para dormir de novo meia-noite, uma hora, para acordar, de novo, no outro dia. Porque é assim, quando é para ganhar dinheiro é quatro dia, trampando 24 horas (...). E quando o bicho pega é uma semana trampando, levantando todo dia 4 horas da manhã e indo dormir todo dia uma hora, né? (...) Então quando o empreender dá aquele choque de 220 mesmo, que é quando você fala “tá a fim? o bagulho agora é assim”. (Entrevistado H8)

A falta de investimentos nas áreas periféricas é algo mencionado por todos os entrevistados, que colocam as dificuldades da periferia em acumular renda. Entretanto, alguns cobram o sistema financeiro, outros o governo brasileiro, e outros, a própria periferia por não consumir dos seus.

O entrevistado H5 coloca como a realidade do trabalho por conta própria é precarizada por falta de investimento e empréstimos de grandes empresas creditórias, o que gera empecilhos para iniciar novos negócios; outros entrevistados colocam que a falta de crédito é um motivo que afasta muitos trabalhadores das atividades por conta própria. De acordo com o ativista H5, a responsabilidade deveria ser do Estado em realizar programas de combate à pobreza.

Já o entrevistado H6 coloca a necessidade de fortalecimento da comunidade e de consumo consciente dentro das periferias; diversos entrevistados colocam a falta de consumo de produtores negros como uma grande mazela: “nós negros deveríamos investir nas nossas produções (...)”

As pautas trazidas pelos ativistas demonstram a falta de acesso que os trabalhadores sentem por barreiras estruturais do racismo e da pobreza: “se as pessoas estão

subempregadas, sub-tudo, é porque o racismo, principalmente o racismo estruturante, atua de uma forma agressiva para que nosso povo se colocasse nessa condição.” (entrevistado H5)

Igualmente, o ativista H6 coloca que o trabalho por conta própria para ser realizado plenamente, depende do Estado para implementar políticas de enfrentamento ao racismo estrutural. O desenvolvimento social e econômico não é possível apenas com o trabalho por conta própria, especialmente pelas barreiras socioeconômicas que geram inúmeros obstáculos para esses trabalhadores. O entrevistado H7 similarmente exemplifica as diversas formas como os trabalhadores brancos possuem privilégios por meio de escolaridade, renda, contatos, entre outros. Porém, os entrevistados pontuam que as ambições profissionais dos trabalhadores são um ponto de orgulho para si mesmos e para a comunidade, além de fomentar a atividade econômica e as trocas dentro da comunidade.

O entrevistado H7 também percebe certas diferenças entre homens e mulheres em sua atuação. Ele pontua que homens majoritariamente montam seu negócio com expectativa de crescimento, com o desejo de montar um empreendimento; como ele descreve, com a “veia empreendedora”. As mulheres, ao contrário, em geral iniciam as atividades por conta própria por dificuldades financeiras, e acabam trabalhando com o que elas acham que a comunidade necessita. Em outras palavras, o entrevistado H7 demonstra que homens em geral se atraem mais pelo empreendedorismo como conceito, enquanto mulheres se envolvem com o trabalho por conta própria por adversidades concretas que enfrentam.

Empreendedorismo contra-hegemônico

Os entrevistados demonstram diversas formas de resistência em suas atuações, assim como em seus discursos. A negação do empreendedorismo hegemônico é algo que se expressa claramente, não apenas por ser uma narrativa que privilegia elites brancas, mas, como coloca o entrevistado H7, por ser uma retórica que incentiva a competitividade, individualismo e responsabilização pessoal. A responsabilidade do Estado brasileiro para desenvolver as condições sociais e econômicas da população negra também é pontuada, o que diverge da posição meritocrática presente no discurso neoliberal.

Entretanto, o entrevistado H8 coloca que os trabalhadores por conta própria muitas vezes migram do que ele chama de “mercado de servidão”: “empregadas domésticas, pintores, copeiros, copeiras, padeiros, padeiras, elas se desvincularam desse mercado pra se atrelar no mercado que a gente criou junto (...)”. Assim, o trabalho por conta própria pode

desvincular os trabalhadores negros e periféricos de outras atividades precarizadas, possibilitando a agência e o aumento de condições de vida dos trabalhadores.

O ativista H8 coloca: “(...) a gente tem muitas narrativas ‘pô foi meu primeiro festival depois disso nunca mais parei de empreender’ e ‘mudei a minha vida, não sou mais empregada doméstica’”. Essa fala acrescenta ao que outros entrevistados mencionaram, que esses trabalhadores possuem ambições de crescimento, de ampliar não apenas as atividades econômicas, mas também as trocas entre a comunidade. O efeito disso é mais autoestima para a comunidade e para o povo negro em geral, coloca o ativista. O aumento de negócios voltados para pessoas negras é algo empoderador dentro da comunidade:

Acho que cada vez mais o povo vem tendo orgulho, não só declarar que é negro no IBGE mas viver toda essa conexão e com certeza a gente viu que empreendimentos de turbante, empreendimentos de transição capilar eles aumentaram muito de uns tempos para cá, e isso é superimportante.

Redes

Então tem, mas é isso, é numa lógica de empresário né, lógica de empresário é o cara anda sozinho, é ele conseguir sozinho, e a lógica que a gente prega aqui é a lógica da cooperação, de andar junto. (Entrevistado H8)

A formação de redes mais uma vez é conceituada como um elemento-chave da atuação dos empreendedores, de diversos modos. Os ativistas pontuam em diversos momentos a diferença que redes de solidariedade, de contatos profissionais e de consumo dentro da comunidade são essenciais para a sobrevivência dos trabalhadores por conta própria. As redes possibilitam o acesso a produtos e serviços não oferecidos pela própria comunidade, o compartilhamento de informações e o desenvolvimento profissional a partir da educação administrativa e empreendedora. As redes também podem ser benéficas na divisão de funções e tarefas baseado em talento e interesse dos trabalhadores, propagando a atuação coletiva.

Ademais, a formação de redes econômicas é o benefício mais levantado pelo grupo; todos os entrevistados pontuam a importância de gastar dinheiro com os próprios produtos e serviços da comunidade. O entrevistado H5 coloca que:

(...) a gente deveria, que a gente deveria ser corporativista, na verdade, o negro deveria ser corporativista na medida que eles pudessem dar sustentação aos seus

negócios uns com os outros, alimentar uns com os outros, para poder crescer, para poder ter poder. Porque o poder, na sociedade capitalista, ele vai perpassar principalmente pelo dinheiro, da quantidade de dinheiro que você tem.

O entrevistado H5 também pontua que as redes nas quais tem contato poderiam ser mais desenvolvidas. Mas o que ele gostaria de frisar para todos os trabalhadores é que através do que ele chama de “empoderamento econômico”, ou seja, investimento em produções, produtos e serviços feitos por negros, existe a possibilidade do fortalecimento de redes e indivíduos.

O entrevistado H6 coloca que é o investimento próprio que atualmente sustenta o mercado afroempreendedor. O entrevistado H7 afirma que o “nosso campo individual da escolha do consumidor” deve ser fortemente movido pela consciência de raça e classe. O entrevistado H8 igualmente aponta que o consumo de pessoas pretas deve ser priorizado: “Você vai no shopping comprar uma camiseta ou você vai acessar a nossa lojinha, pra fortalecer os empreendimentos da Periferia?”

Representações do “empreendedor”

Os ativistas observam que o termo empreendedor não é amplamente utilizado pelos trabalhadores por conta própria; múltiplos entrevistados observam a falta de autoestima e entusiasmo, já que muitos prefeririam estar com um emprego [via] Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), com direitos trabalhistas.

Os entrevistados desse grupo não demonstram apego a alguma nomenclatura específica, ou até mesmo hesitaram em abraçar o termo para descrever os trabalhadores das periferias. Como posicionado pelo entrevistado H6:

Bom, se você começar a falar para mim que a moça que vende latinha na esquina é empresária, se você me disser que o rapaz que tá vendendo pano de chão no sinal é empresário, se o garoto que tá entregando quentinha de bicicleta é empresário, aí a gente vai entrar nisso daí. Porque sinceramente para mim, MEI não é empresário, para mim alguém que tá entregando comida pro iFood, o nome daquilo ali para mim é sub emprego. Nem é sub-emprego, é trabalho precarizado. Então a gente tem, hoje em dia, uma gourmetização do empreendedorismo simplesmente para enganar o povo de que, na verdade, aquele cara ali é um trabalhador que na verdade ele é mal pago, mal remunerado e foi retirado o direito dele. Então, é só olhar para aquela estatística que ela é uma empreendedora, pergunta para ela se ela tem um plano de negócio, pergunta para ela se ela tá tendo lucro, se ela sabe o custo. Não sabe nada disso, aquela mulher não é empresária, aquela mulher não é empreendedora, aquela ali é uma vítima das circunstâncias.

O entrevistado H6, portanto, se posiciona de forma explícita sobre as limitações do uso do termo “empreendedor” para representar as periferias brasileiras; o que ele coloca como “gourmetização do empreendedorismo” para impulsionar uma realização pessoal e profissional através do trabalho precarizado é um fenômeno que tem se presenciado no Brasil e no mundo; portanto, para o entrevistado, a linha que ele entende entre empreendedor e “vítima das circunstâncias” seria se o trabalhador possui uma estratégia de negócios e um planejamento de custo. Como o ativista afirma a seguir:

Eu diria que aqueles indivíduos que tão de bicicleta, os entregadores, eu chamaria de trabalhador precarizado, simplesmente um trabalhador precarizado. E agora como falar desses pequenos, vamos botar um MEI que o indivíduo não está faturando nem aí os seus 3000 por mês e principalmente, sem nenhum fomento, você não fatura 3000 por mês e ainda trabalha com produto, com certeza ele tá tendo prejuízo na operação dele. Mas enfim, eu chamaria mais esse indivíduo de correria, ele tá correndo, correria, sobrevivente, é a luta pela sobrevivência, é um **empreendedor da subsistência**. (grifo próprio)

5.4 Mulheres negras

Empreendedorismo hegemônico

O empreendedorismo hegemônico dentro do grupo de mulheres negras aparece majoritariamente por sua atuação, ao contrário de seu discurso. Múltiplas entrevistadas falaram sobre programas organizados juntamente ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), órgãos estaduais, entre outros, para organizar programas de formalização dos trabalhadores.

A inscrição para MEI é um ponto citado por diversas ativistas. O objetivo é formalizar o trabalho, mesmo que muitas vezes a formalização não traga acesso ao crédito para esses trabalhadores:

então, eu vejo muito que existe uma questão de estimular a formalização, porém, a partir dessa formalização, os benefícios param nessa questão: ter Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e emitir nota fiscal. Eles com o CNPJ tem direito de buscar acesso a buscar esse crédito, porém, esse crédito não chega. (ENTREVISTADA M7)

As esporádicas falas que valorizam os aspectos que descrevemos como empreendedorismo hegemônico abordam temas variados, como valorização do

empreendedorismo, valorização da tecnologia e a noção schumpeteriana de empreendedorismo como habilidade inata, como descreve a entrevistada M6, uma “veia empreendedora” ou a entrevistada M8, “empreendedor por vocação”.

As entrevistadas M5 e M7 demonstram uma admiração pela tecnologia e pelo empreendedorismo como princípio inovador e político para povos periféricos: “Quando eu entrei naquele ambiente, me senti em Wakanda, aquele monte de pessoas negras dentro de um ambiente de tecnologia, aquilo me trouxe um empoderamento tão grande que hoje ele se sente empreendedor; Ele fala que é empreendedor”. (Entrevistada M7)

Raça, gênero e desigualdade

As dificuldades institucionais sofridas pelos trabalhadores são um assunto muito desenvolvido entre esse grupo; as mulheres negras descrevem inúmeras formas de opressão sistêmica, falta de acesso, desvalorização do trabalho, informalidade, precarização dos direitos, pobreza, entre outros. Podemos iniciar a discussão com o termo utilizado pela ativista M9, “sevirologia”: “a sevirologia é uma ciência muito complexa que o brasileiro domina, porque vive na situação de miséria intensa muito tempo”. O termo demonstra a necessidade de sobrevivência em condições adversas.

As ativistas descrevem o próprio início do trabalho por conta própria como uma condição precária, que surge da necessidade de sobrevivência mais do que o desejo de ter seu próprio negócio; como coloca a ativista M11, “[eles] são levados para a informalidade por vários motivos”. Igualmente, a entrevistada M8 descreve o próprio trabalho como advindo de circunstâncias precárias no contexto de informalidade: “Eles começam pela necessidade, entendeu? Porque eles foram apartados do mercado de trabalho formal, apartado de muitos processos. E aí é isso, como é que elas vão sobreviver é necessidade, sabe?”

As ativistas compreendem o movimento de flexibilização do trabalho como uma das causas da precarização. Como coloca a entrevistada M9 sobre esse movimento: “Então é uma transferência de responsabilidade muito grande e ausência de conhecimentos sobre essa responsabilidade, e gera um cenário muito preocupante de uma geração inteira de pessoas que vão envelhecer sem conseguir se aposentar”.

A ativista M7 adiciona o termo “empreendedor por necessidade”, explicando que a exclusão do mercado de trabalho formal detém essa comunidade no trabalho por conta própria. Por isso, não existe muito planejamento ou treinamento em suas atividades. As

entrevistadas M8 e M9 também mencionam a falta de acesso à tecnologia, infraestrutura, conhecimento técnico, auxílio legal, educação financeira, saneamento básico, entre outros. A entrevistada M10 também coloca que a rotatividade de atividades é algo constante e atrelada a essa falta de planejamento.

As entrevistadas M11 e M12 também apontam a falta de capital como uma dificuldade existente para os trabalhadores, assim como a falta de estabilidade financeira. Como muitas vezes esses pequenos negócios periféricos não possuem acesso ao poder aquisitivo vinculado ao “asfalto”, esses serviços ficam muito restritos dentro da periferia, pois do lado de fora são julgados como “informalidade e gambiarra”. (Entrevistada M7).

A ativista M12 também afirma que um dos objetivos da formalização pelo MEI era a estabilidade, mas que “eles, muitas vezes, não veem vantagem nessa formalização”, pois é algo que tem custos, mas não necessariamente benefícios para os trabalhadores, como descreve a ativista M7: “Eles com o CNPJ tem direito de buscar acesso a buscar esse crédito, porém, esse crédito não chega”.

A mesma ativista pontua que principalmente para trabalhadores negros o crédito é algo mais difícil de ser acessado. A entrevistada M8 completa que, sem crédito, não há acesso à tecnologia, ferramentas de trabalho e conhecimento básico de negócios. Elas colocam que não existem políticas públicas em nenhum nível governamental que garanta acesso ao crédito ou qualificação básica desses trabalhadores por conta própria, principalmente para afroempreendedores ou empreendedores de periferia.

Além disso, as ativistas M5 e M16 concluem que a mobilidade social não é algo comum; a informalidade é uma condição que tende a manter as pessoas na mesma situação, especialmente sem apoio institucional: “Se tu é irregular, vai continuar irregular, se tu é informal vai continuar informal” (Entrevistada M5).

Todas as condições precárias de trabalho podem refletir negativamente na saúde mental e autoestima dos trabalhadores, como descrevem as ativistas: “eu acho que a gente vê o nosso trabalho de uma forma não tão valorizada, muitas vezes nem a gente consegue valorizar o nosso trabalho de tanto que a gente é subestimado (...)” (Entrevistada M11). Os múltiplos entrecruzamentos de opressão institucional afetam a autoestima dos trabalhadores de forma negativa, como observado anteriormente.

A partir da fala da ativista M11 acima, é compreendido que a desvalorização do trabalho é algo que afeta a autoestima das trabalhadoras e das próprias ativistas. A opressão

entrecruzada de gênero e raça impõe uma realidade especialmente cruel para a autoestima de mulheres negras. Os homens recebem mais visibilidade e enaltecimento por seu trabalho em geral, assim como mulheres brancas, como colocam as entrevistadas M8 e M13.

As entrevistadas M9 e M13 comentam também que as atividades ocupacionais realizadas por mulheres são diferentes e muitas vezes menos lucrativas, por desaprovação de maridos, atividades consideradas “masculinas” (como construção), e pelo trabalho reprodutivo e de cuidado que já toma muito tempo de suas rotinas.

Mulheres negras em específico se encontram mais do que mulheres brancas trabalhando como faxineiras ou cuidadoras e este tipo de trabalho, além de desvalorizado, é extremamente precarizado e possui diversos impactos à saúde a longo prazo. Além disso, 11,3 milhões de domicílios brasileiros são chefiados por mães solo (FGV, 2023). Mães solo muitas vezes articulam os filhos e a família no trabalho por conta própria como alternativa ao trabalho doméstico, assim descreve a entrevistada M15:

Bom, perfil do afroempreendedor. Tem vários, tem a empresa familiar que eu já te falei, a mãe era doceira e todo mundo vai fazer doce para vender, a maior parte dos empreendimentos são de mulheres, por que mulher, normalmente, ela é chefe de família, a maioria das mulheres negras são chefes de família, ganham muito pouco e tem que sustentar os filhos. Então, o que que elas fazem? Elas vão empreender para tentar ganhar mais um pouquinho do que a casa de família, do que a limpeza, do que ser a faxineira. (Entrevistada M15)

Empreendedorismo contra hegemônico

E a vantagem que tem é que como são pessoas que empreenderam num contexto de escassez, elas conseguiram criar sistemas a partir da falta. Então, falta de estrutura, falta de tecnologia, falta de crédito. Isso que vocês têm estudado, como que pode essas pessoas que não tiveram acesso a uma porção de coisas conseguiram criar coisas e ainda manter os seus negócios? **Tem um potencial criativo e inventivo que é muito peculiar desse processo de escassez, sabe?** (Entrevistada M8, grifo próprio)

Esse grupo de ativistas demonstra posicionamento crítico sobre múltiplos aspectos do trabalho informal e da precarização do trabalho, em contraposição ao que descrevemos como “empreendedorismo hegemônico”. A entrevistada M12 coloca que a responsabilização individual do trabalhador faz parte do discurso liberal, mesmo discutindo seus hábitos como consumidor na periferia:

Aí sim, tu começa a ir pela lógica neoliberal, por quê? Por que tu diz que os negros hoje não estão melhores porque o dinheiro não fica entre os negros. **Aí tu começa a colocar a responsabilidade no sujeito e não na estrutura.** Não é a Gisele comprando brinco, claro, é incentivar e comprar o brinco dessa afroempreendedora, mas também não é comprando o brinco que vai mudar a vida dela, é algo muito imediatista, nós precisamos de política pública, entendeu? (grifo próprio)

Assim como a entrevistada M12, as participantes da pesquisa majoritariamente compreendem que o auxílio estatal é essencial para melhorar suas condições de vida como trabalhadoras por conta própria. Aumento dos direitos trabalhistas, vagas de trabalho formal, previdência e linhas de crédito são algumas soluções posicionadas. Para a ativista M15, a prioridade é auxiliar os afroempreendedores e combater o racismo, que é o “que mais impacta o afroempreendedor”. Para a ativista M16, as mulheres representam a maior parte dos afroempreendedores, então os programas de incentivo financeiro e educacional devem ser direcionados para mulheres negras que trabalham por conta própria, investindo assim em suas famílias e comunidade.

Alguns projetos em plano mais local que representam a resistência às condições precárias das trabalhadoras por conta própria foram o aumento da autonomia das mulheres e do povo preto e periférico, focando na autonomia financeira, o envolvimento em política local, e, finalmente, o que se revelou extremamente significativo para esse grupo: o empoderamento.

A ancestralidade africana e o afroempreendedorismo foram assuntos abordados por diversas entrevistadas. A ativista M5, por exemplo, comenta extensivamente sobre o empoderamento e o aumento de autoestima que acompanham sua rede. Um de seus objetivos com seu projeto é empoderar mulheres negras através de sua ancestralidade, demonstrando que a história de mulheres africanas é uma história de orgulho e superação, assim como abraçando a estética da negritude no Brasil:

A gente oportuniza a mulher conhecer a história dela, de onde ela vem enquanto mulher negra. Que ela não veio da Senzala. Ela não veio da Casa-Grande, ela veio da África. E na África ela não era mucama, não era ama-de-leite. Ela era Rainha. Ela era dona de terras. Ela tinha poder. E a partir daí começa nossa história, não é aqui na Senzala no Brasil que nos colocaram à força e na corrente e à pena de chibatada. Então, isso quando a mulher compreende que é a partir disso que começa a história dela, ela muda a vida dela do dia atual. (Entrevistada M5)

Ademais, outras ativistas também explicam como o empreendedorismo foi fonte de mobilidade para a população negra desde a colonização, e portanto, como é uma atividade que se relaciona com a história do povo negro brasileiro: “Então por si só é um dos principais aprendizados, sabe, reconhecer que a população negra é empreendedora e que há saberes nessa forma de fazer” (Entrevistada M8). A ativista M10 também defende que a potência empreendedora da população negra é um movimento de resistência que conecta a ancestralidade afro-brasileira com o trabalho.

Entretanto, a romantização do trabalho por conta própria não é algo que entra em pauta; diversas ativistas colocam que as discussões sobre as barreiras institucionais de raça, gênero, trabalho e suas entrecruzadas são frequentes em suas redes, o que gera um aumento de consciência coletiva e ampliação de autoestima das trabalhadoras.

Apesar disso, o processo de empoderamento ocorre de forma subjetiva, como atestam as ativistas. A partir da auto-affirmação e da reconhecimento identitária, seja ela de gênero ou raça ou ambos, paralelamente com críticas sobre barreiras sistêmicas e como estas afetam sua qualidade de vida, a autoestima individual e coletiva aumenta.

Sim, até na pesquisa que a gente fez tem um item de subjetividade e que tem a ver com o fortalecimento da identidade. Então o que eles fazem não é só negócio, tem a ver com essa questão da valorização da identidade, tá no nível mais subjetivo, sabe, de autoestima. Eu tenho autoestima, a partir daí eu quero produzir para reforçar a autoestima de outras pessoas negras e isso vira um negócio. (Entrevistada M8)

Os resultados do aumento de autoestima, de acordo com as entrevistadas, são diversos. A ativista M5 descreve como muitas mulheres negras de sua rede tomaram decisões que alteraram vidas, como sair de um relacionamento abusivo ou decidir não trabalhar mais como empregada doméstica para famílias brancas, representando sua jornada para melhores condições de vida, autonomia financeira e intelectual:

Eu acredito que quando você faz um resgate da auto-estima dessa mulher e da identidade dela enquanto mulher negra, ela passa a se compreender, a decidir novos caminhos pra ela do que este caminho que está previsto pela sociedade: onde a gente pode estar na cozinha alheia, na beira das panelas, cuidando dos filhos das outras pessoas e não cuidando dos nossos negócios e não tendo autonomia financeira. (Entrevistada M5)

As ativistas também atestam que a autoestima se apresenta nos negócios por conta própria; a moda afro, com roupas e acessórios que possuem temas de orgulho negro e africano é algo que cada vez mais se vê, assim como diversas outras manifestações, como

aumento de auto-afirmação, aceitação de estética africana, e inclusive o próprio aumento da atividade por conta própria para algumas ativistas simboliza uma mudança de perspectiva para as mulheres negras periféricas.

O crescimento da autoestima das trabalhadoras se reflete também através do próprio trabalho, como descreve a entrevistada M16; o convívio com novas pessoas, novas formas de conexões (sejam elas pessoais ou profissionais) e o enaltecimento de seus negócios gera uma relação simbiótica entre autoestima, autonomia e trabalho.

Em questão da saúde mental muito forte, é um alicerce para saúde mental de mulheres e de homens, mulheres e homens trans, todos, todos nós esse trabalho, porque fortalece né, você começa a criar um trabalho, aí você começa a ter acesso a outras pessoas, a outros lugares e a receber elogio. Tem pessoas que nunca foram elogiados, tiveram uma vida muito dura, aí a partir de começar a fazer uma coisa na área de tecelagem, ou de reciclagem, ou turbante, ou um brinco. (Entrevistada M16)

Outro processo que consideramos como uma forma de resistência das trabalhadoras, é o trabalho feito em rede. O contato com outras mulheres negras, profissional ou pessoal, agrega valor para a autoestima do grupo; seja por discussões políticas, contatos profissionais, exaltação de outras mulheres ou trocas de conhecimento, a criação de redes é proveitosa para os trabalhadores por conta própria em geral, e como eles quebram com os valores de competição e individualismo do empreendedorismo hegemônico. A seguir, veremos as diferentes formas como as redes auxiliam os negócios por conta própria de minorias.

Redes

Algumas das entrevistadas, ao falarem sobre cooperação entre os trabalhadores, identificaram que as redes de comércio ou apoio não foram muito desenvolvidas. As entrevistadas M7, M10 e M15 descreveram como os trabalhadores se focam na competitividade de seus pequenos negócios, ao contrário de se organizarem coletivamente para se fortalecer pelo coletivo. Todas as entrevistadas expressaram o desejo de fortalecer a rede de trabalhadores, e que o individualismo, quando presente, é prejudicial para os negócios e para a comunidade.

A entrevistada M14 coloca, “você se fortalece no coletivo”: a utilidade das redes de comércio e parcerias profissionais é colocada por diversas entrevistadas, o que nos mostra que as diversas formas de cooperação, seja por consumo, união de mão-de-obra,

compartilhamento de materiais ou divulgação de trabalho auxiliam a manter os negócios por conta própria dentro das periferias.

A ativista M9 descreve uma comunidade de vendedoras que dividem o espaço de uma garagem para expôr seus produtos, e todas se revezam para manter e cuidar do espaço de exposição. Como a entrevistada coloca, “a rede é [o] que possibilita” o trabalho; ela também conta sobre grupos online que são compostos por minorias, mulheres, negros e donos de pequenos negócios que fazem a divulgação dos produtos e serviços de outros, e de acordo com a ativista M6, isso é de grande ajuda financeira para esses grupos.

A entrevistada M16 também percebe muita colaboração entre redes de negócios; alguns grupos de mulheres inclusive fazem kits de vendas combinadas, com produtos de todas. Assim como a ativista M5, que observa divulgação de trabalho, troca de materiais e consumo dentro da própria rede, demonstrando a multiplicidade de formas de apoio dessas redes de comércio.

Muitas das ativistas envolvem a educação e capacitação em sua atuação, mas além do trabalho didático, a troca de conhecimento entre os trabalhadores é algo mencionado por algumas das entrevistadas, que frisam a relevância dessa forma de troca, na qual as trocas envolvem o ensino de habilidades úteis para seu trabalho. A entrevistada M7 descreve que essa conexão entre os trabalhadores autônomos mantém a rede unida, e que os trabalhadores se sentem mais qualificados, ganhando assim autoestima para realizar seus serviços.

As redes também foram descritas como grupos de solidariedade; os trabalhadores, majoritariamente em condições precárias, sempre dividem os bens que possuem com o coletivo e os frutos do trabalho são divididos. De acordo com a entrevistada M14, o seu trabalho atua com princípios da economia solidária, com o objetivo de auxiliar todos da rede, mas também para fugir da narrativa individualista empreendedora; as mulheres com que trabalha realizam uma divisão igualitária de lucros, e auxiliam outros que cuja situação econômica é severa:

(...) elas estão ali trabalhando, trabalho coletivo, depois o lucro vai ser dividido e mesmo assim, são mulheres humildes, são mulheres que tem também empatia pelos demais da Comunidade, porque conseguem ainda buscar meios de ajudar as demais famílias que estão em situação de vulnerabilidade. (M14)

Em vista dos tópicos trazidos sobre o desenvolvimento de redes, as entrevistadas observam a cooperação e coletividade como algo positivo, não apenas financeiramente, como

afetivamente também. A entrevistada M7 coloca que as redes são relevantes para a sobrevivência, por seu potencial de gerar empregos para a periferia, assim como por seu potencial de inspirar outros através da autoestima profissional. Se a comunidade enxerga o trabalho por conta própria como uma possibilidade, assim como uma chance de empregar outros, se desenvolve esperança naquele trabalho. Como descreve a ativista M5 sobre o trabalho por conta própria feminino:

Precisa ir pro afrontamento porque tem mulheres que necessitam dessa atuação, dessa tua atividade. Se tu não existir, vai ter muitas mulheres desistindo. E quando uma levanta, se posiciona e se reafirma, vai refletindo nas outras. (Ativista M5)

Representações do “empreendedor”

A gente fala hoje muito assim, existe uma palavra “empreender“, mas o que é empreender? É eu vender o dindin, eu saio para vender, mas se me acontece alguma coisa, eu não tenho nenhuma seguridade, então é meio que uma falácia sabe, esse empreendedorismo. Não, você vai ser o dono do seu próprio negócio, mas na verdade é um sub do sub negócio, porque você meio que tá vendendo aquilo ali, compra matéria, e mal tira o que come. Então a gente é mais adepta da questão da economia solidária realmente, do cooperativismo, dessas questões que realmente incluem as pessoas e que, de certa forma, dá uma compreensão para elas do processo enquanto trabalhadores que eles se encontram. Então é nesse sentido que a gente gosta mais de atuar e dialogar. (Entrevistada M14)

Em seguida, serão expostas as diferentes posições sobre o empreendedorismo e seus múltiplos significados. Começando pelo grupo que se posiciona a favor do uso do termo ‘empreendedor’. A ativista M7, por exemplo, é uma que especifica a necessidade do uso do termo para melhorar a autoestima dos trabalhadores; a entrevistada comenta como os trabalhadores por conta própria da periferia se sentem fazendo ‘bicos’ ou ‘apenas sobrevivendo’, ao contrário de negócios de asfalto, que são considerados como inovativos. Igualmente, a ativista M9 confirma que respeitar a autodenominação do trabalhador é essencial para a autoestima; para compreenderem seu trabalho de uma forma autoafirmativa, o termo escolhido pela ativista M7 em sua atuação é explicado pelo empoderamento que o termo proporciona:

(...) muita coisa que acontece hoje na área que dizem que é inovação, dentro da periferia já aconteceu há muito tempo, só que por falta dessa apropriação, dessas denominações que são de mercado (inovação e empreendedorismo), por falta de se

apropriar disso, os empreendedores acabam sendo chamados de vendedores ilegais ou que tem comércios ilegais ou que estão na informalidade, mas nós denominamos empreendedores mesmo.

A entrevistada M12 igualmente percebe a falta de um termo melhor para a descrição dos por conta própria; o termo “viração” é mencionado pela entrevistada, mas como algo pejorativo para os trabalhadores, e a linguagem deve representar o empoderamento e o desejo de qualidade de vida que é representado nas periferias. De acordo com a entrevistada, o empreendedor é aquele que “traz soluções para o seu meio”, sendo assim uma descrição que se encaixa para esses trabalhadores nesse momento na história.

Enquanto algumas entrevistadas não fazem a diferenciação sobre o empreendedorismo hegemônico e empreendedorismo periférico, as entrevistadas M5 e M8 mencionam essa diferença de status econômico. A entrevistada M8 faz a diferenciação entre “empresário”, sendo esse definido por maior capital, e “empreendedor”, utilizando o léxico escolhido pelo SEBRAE. A entrevistada M5 utiliza o termo com foco na “dor” do empreendedor negro e de periferia; com isso, a palavra se torna apropriada por minorias e pela periferia, identificando-se com as dores do processo e da história:

(...) vocês usam a palavra empreender porque está na moda. Vocês têm mania de se apropriar do que está na moda pra ser bem visto pela sociedade, pra ser politicamente correto. Às vezes o empreendedorismo que a gente conhece é o empreendedorismo que vem da dor. EM-PRE-EN-DE-DOR-ISMO, então você vê que tem três palavras e tem muitas palavras que pra gente tem muito sentido quando começa a estudar a realidade do empreendedorismo real que é nosso aqui.

As múltiplas ativistas que, em oposição, não utilizam o termo “empreendedor”, apresentando diversas críticas ao termo em seu sentido hegemônico e à precarização do trabalho como a nova norma. A entrevistada M12, por exemplo, identifica o que ela categoriza como a “carga neoliberal” do termo e o projeto de perda de direitos trabalhistas, o que afeta intensamente as periferias e o povo negro brasileiro. A entrevistada confirma que as condições trabalhistas e financeiras dos trabalhadores autônomos são precárias, mas que isso faz parte de um projeto de Estado de “desmantelamento do que se entende de cultura e arte”, e de perda de direitos. Entretanto, a ativista ainda valoriza a autoestima que a apropriação do termo viabiliza ao povo de periferia, defendendo que alguns conceitos precisam ser ressignificados. Igualmente, outras entrevistadas assimilam o conceito à sua carga política, como projeto e romantização da perda de direitos trabalhistas.

Outras ativistas posicionam que o termo “empreendedor” se torna definitivo para uma espécie de trabalho, independente das condições em que esse trabalho é realizado. De acordo com a entrevistada M12, o trabalho extremamente precarizado e sem direitos não pode ser definido como empreendedorismo; existe uma enorme diferença de qualificação, acesso, renda, e condições básicas que deve ser levada em consideração ao conversar sobre qual é a definição do termo:

Aí tu deixa para o outro, para um fascista, falar e ele diz o quê? Que a exploração de mão de obra do menino que tá no iFood, o outro que vende água no sinal, é um empreendedor, Deturpa o conceito, porque daí isso não é empreendedorismo. (Ativista M12)

Similarmente, a entrevistada M9 categoriza esse tipo de trabalhador como “precarizado super explorado”. O “desfalecimento das relações de trabalho” é o motivo para essa ativista não utilizar o termo para descrever os trabalhadores por conta própria; tanto por motivos financeiros, quanto pelo projeto de desestabilização dos direitos trabalhistas e previdência.

A ativista também comenta também que a romantização do termo é algo arriscado, pois parte do processo neoliberal de flexibilização do trabalho é a responsabilização individual do trabalhador, não por seus meios de existência, mas como comenta a entrevistada, pela própria economia. A “estrutura produtiva brasileira”, como ela define, é disfuncional e com base em processos históricos de colonização e exclusão do povo afrobrasileiro; portanto, o risco comentado é de responsabilização do trabalhador autônomo não apenas garantir sua própria mobilidade social, mas resolver problemas de um sistema que não permite tal mobilidade para a maior parte da população.

Cara, eu acho que existem muitas vantagens no âmbito da inovação, no âmbito da sobrevivência chamar de vantagem é romantizar um processo de expropriação das pessoas de uma relação digna de trabalho, entendeu? (Ativista M12)

As entrevistadas M9 e M13 igualmente trazem as dificuldades de lidar com a responsabilização do trabalhador e precarização das relações de trabalho que o “empreendedorismo” representa. A precarização do trabalho é um argumento trazido frequentemente para explicar o desconforto com o uso do termo entre essa categoria. Entretanto, como coloca a ativista M13, mesmo que o uso do termo seja algo que lhe traga

desconforto, ele ainda traz autoestima para os trabalhadores, ao contrário de outros termos, como “trabalho precarizado”.

Assim, novas categorizações do termo “empreendedor” foram trazidas pelas ativistas M8, M9 e M15, com o objetivo de diferenciar as múltiplas formas e condições do trabalho sem padrão: empreendedorismo de sobrevivência vs. empreendedorismo de inovação; empreendedorismo por necessidade vs. empreendedorismo por vocação vs. empreendedorismo engajado; empreendedorismo de sobrevivência vs. empreendedorismo de oportunidades. Os termos, apesar de diferentes, sinalizam o mesmo fenômeno: o trabalho autônomo por desejo e o trabalho autônomo causado pela pobreza extrema e desemprego. Ambos são trabalho sem padrão, entretanto um está relacionado diretamente com necessidade e sobrevivência, enquanto outro se relaciona com a noção de carreira, profissionalização e inovação social ou tecnológica.

Outras ativistas escolhem não utilizar o termo e o substituem por variações, como “trabalhador individual”, como descreve a entrevistada M14. O desconforto com o termo “empreendedor” viria de um lugar de desresponsabilização do Estado e consciência de classe por conta dos trabalhadores:

Então assim, eu acho que o desafio maior é essa compreensão de relacionar a questão política de compromisso, de comprometimento, e ao mesmo tempo atrelar, linkar. Eu tô fazendo um negócio aqui, mas esse negócio poderia melhorar, se fosse isso, isso. Se quem tivesse compromisso com o individual, com o trabalhador individual que eu não considero um empreendedor, mas um trabalhador individual, que tá tentando sobreviver. Eu acho que esse é o maior desafio, essa compreensão de classe, de categoria, de trabalhador, e como solucionar isso. (Entrevistada M14)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi explorar as diferentes perspectivas sobre o que a figura neoliberal do empreendedor representa para o trabalho por conta própria de periferias. Investigar as tensões sobre perspectivas ideológicas frente ao sistema capitalista neoliberal e analisar o que é contestado ou assimilado de uma ideologia neoliberal por um grupo extremamente precarizado é, além do mais, ponderar sobre as possibilidades de resistência popular frente a um regime global que marginaliza as minorias sociais.

Os temas gerais de neoliberalismo, trabalho por conta própria, precarização do trabalho e interseccionalidade são extremamente relevantes atualmente, principalmente como forma de resistência contra a perda de direitos trabalhistas, o trabalho inseguro e a precarização da vida. Estudos futuros na área podem se aprofundar em outras categorias identitárias além de gênero e raça, como localidade, renda, orientação sexual, status migratório, entre inúmeras outras. As limitações desta pesquisa mostraram que um questionário mais focado no termo “empreendedor” seria benéfico, podendo melhor revelar como as categorias identitárias transfiguram novos pontos de vista sobre a precarização do trabalho como fenômeno sistêmico. Outro ponto que pode ser melhor aprofundado em estudos futuros seria a pesquisa sobre interseccionalidade como forma de análise, especialmente em estudos de sociologia do trabalho.

O objetivo, deste modo, foi examinar se os trabalhadores por conta própria periféricos se identificam como empreendedores, e seus pensamentos sobre a imagem hegemônica do empreendedor. Além disso, foi proposto analisar padrões de uso do termo a partir das categorias de raça e gênero e suas interseções e explorar as diferentes formas que opressão de raça e gênero afetam o trabalho autônomo nas periferias. Por último, esse trabalho procurou expor as tensões entre a assimilação da lógica hegemônica e a resistência organizada contra a lógica neoliberal pela parcela da população que mais é afetada negativamente pelos seus efeitos.

Como plano de fundo, foi realizada uma discussão teórica sobre os conceitos de trabalho informal, empreendedorismo de periferia, desigualdades de gênero e raça no trabalho por conta própria. Tomando como plano de fundo o neoliberalismo, conceituado como a fase atual do sistema capitalista, consideramos que políticas governamentais

incentivam a privatização e a desregulamentação das relações de trabalho para maximizar o lucro.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas 25 transcrições de entrevistas realizadas com quatro homens brancos, cinco mulheres brancas, cinco homens negros ou pardos e onze mulheres negras ou pardas. A análise e apresentação dos dados foi realizada a partir dos quatro grupos, focando nas categorias de raça e gênero e suas interseções. A partir dessas quatro categorias foi feita a análise dos trabalhadores por conta própria a partir dos efeitos da opressão de raça e gênero, e também como os diferentes grupos reproduzem e rejeitam a ideologia hegemônica de empreendedorismo e suas estratégias de resistência acerca da precarização marcada pelo trabalho autônomo, assim como as desigualdades estruturais.

Com base nos temas abordados anteriormente e nas perguntas de pesquisa, a divisão das categorias de análise foi estruturada. As leituras sobre trabalho informal, empreendedorismo e interseccionalidade nortearam a interpretação das entrevistas, que em seguida foram separadas em subtópicos: Empreendedorismo Hegemônico; Raça, gênero e desigualdade; empreendedorismo contra-hegemônico; Redes; Representações do “empreendedor”. As categorias temáticas foram apresentadas em cross tabulation com os grupos de homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, sendo assim destacadas a partir de raça e gênero e suas interseções, e como essas afetam as diferentes percepções sobre os temas. A seguir, serão apresentadas as análises de cada grupo.

6.1 HOMENS BRANCOS

Ao analisar as falas dos homens brancos entrevistados, percebemos que esse grupo é o que mais reproduz os valores do empreendedorismo hegemônico: a tecnologia, a inovação, o consumo e a responsabilização do indivíduo pelo coletivo são algumas características que observamos dentro deste grupo. O consumo é visto como uma saída para a melhora de condições socioeconômicas dos trabalhadores, e, para alguns desses entrevistados, esse meio é subutilizado e os indivíduos da periferia deveriam se empenhar para consumir de outros donos de pequenos negócios periféricos.

Entretanto, a colaboração, a solidariedade e a percepção de que minorias são afetadas mais intensamente pela precarização do trabalho são algumas formas como esse grupo

suspende valores marcados pela hegemonia. Os entrevistados reparam nitidamente na existência da solidariedade negra e feminina.

Os entrevistados marcaram diversas formas como minorias raciais e de gênero são afetadas pela precarização. Eles pontuam a falta de autoestima dentre os donos de negócios como um problema sistêmico, que causa mais instabilidade e rotatividade de ocupação dentro da periferia. A falta de autoestima também é correlacionada por barreiras sociais, educacionais, raciais, territoriais, geracionais e financeiras, gerando efeitos psicológicos e socioeconômicos que bloqueiam os trabalhadores, sobretudo mulheres, pessoas negras e jovens.

Os entrevistados se demonstram perceptivos sobre os processos sistêmicos de precarização do trabalho, assim como sobre as contradições do empreendedorismo, valorizando assim a economia solidária e a criação de redes. Entretanto, ao contrário de outros grupos, o que foi mais defendido é o potencial econômico das redes de consumo ou de negócios, ao invés de efeitos positivos para a autoestima da comunidade.

Em conclusão, esse grupo se inclina a mencionar menos críticas sobre os efeitos do neoliberalismo e da ideologia empreendedora, sendo, juntamente com o grupo de mulheres brancas, um grupo que não se opôs ao uso do termo “empreendedor”.

6.2 MULHERES BRANCAS

Nesse grupo, o que mais transpareceu como empreendedorismo hegemônico foram parcerias com iniciativas privadas, e uma valorização do empreendedorismo como atividade em seu discurso. Anteriormente, já descrevemos como os homens e mulheres brancas são os grupos que mais aceitam o termo “empreendedor”; entretanto, sobretudo para as mulheres brancas, a tendência é relacionar empreendedorismo com a autoestima das trabalhadoras:

Então é sempre meio como complemento e nunca com olhar de isso é um negócio, sabe. Então eu acho que assim, é isso, de cara, com 90% das mulheres que a gente trabalha as primeiras conversas são para dizer: você é dona de um negócio, você é empreendedora e você pode fazer disso uma fonte de renda legal, você pode buscar mais clientes, você pode saber direcionar o seu produto, pode, inclusive, melhorar o produto se quiser. Então eu acho que o primeiro grande aprendizado é esse, elas nunca se veem como empreendedoras. (Entrevistada M2)

Esse grupo de entrevistadas menciona a falta de autoestima das trabalhadoras como um empecilho para seus negócios; elas, muitas vezes em condições extremamente precárias e com renda baixa, viram-se ao trabalho por conta própria, equilibrando também o trabalho de cuidado e o emprego. As jornadas duplas ou triplas realizadas por essas mulheres muitas vezes surge da pressão familiar.

Com isso, as ativistas sentem a falta de autoestima dentro desse grupo de trabalhadoras, e o trabalho por conta própria seria apenas “um bico” ou um complemento de renda. Assim, seu incentivo ao empreendedorismo vem do desejo de empoderar as trabalhadoras. Algumas ativistas consideram que o próprio ato de ter seu próprio negócio, mesmo em condições precárias, é um ato de resistência para essas autônomas. Entretanto, as atividades profissionais melhoram a autoestima das trabalhadoras, de acordo com as falas das ativistas. De acordo com as entrevistadas M2 e M3, a confiança delas melhorou a partir do potencial de criação, do sucesso profissional e da independência financeira, mas também a partir das redes. As redes fortalecem não apenas a esfera profissional, mas de acordo com a ativista M4, “o afeto e a construção em rede nunca está desvinculado do trabalho”. Outras entrevistadas atestaram maior confiança e autoafirmação das trabalhadoras, aceitando melhor suas identidades e ancestralidade. O que começamos a perceber desse grupo, que se apresenta também no grupo de mulheres negras, é que existe uma retroalimentação entre trabalho, autoestima e comunidade.

6.3 HOMENS NEGROS

Dentre esse grupo de ativistas, alguns acabam se aproximando do empreendedorismo hegemônico de algumas formas: valorização de riqueza, falta de confiança no Estado, preferindo assim iniciativas privadas, e preocupação com os hábitos de consumo da comunidade, colocando importância em consumir da periferia, e não “do asfalto”. Todavia, todos os flertes com o empreendedorismo hegemônico se relacionam intimamente com as ideias dos ativistas sobre emancipação racial. A desconfiança no Estado, a supervalorização de riqueza e o foco no consumo dentro da comunidade são ideias baseadas na emancipação racial através do acúmulo de riqueza.

A desigualdade de classe e raça é algo mencionado múltiplas vezes pelos entrevistados, que facilmente relacionam pobreza com um projeto de Estado contra a força de

trabalho negra do país. O trabalho por conta própria, em geral, não traz aumento de renda, é cansativo, e é mais dificultado pela falta de acesso, escolaridade e qualidade de vida que o racismo estrutural causa. Os ativistas consideram que o Estado deve criar programas para melhorias econômicas e de qualidade de vida, entretanto outros colocam saídas individuais para esse problema sistêmico, como o consumo interno.

No entanto, esse grupo de ativistas se mostrou crítico em relação ao discurso de empreendedorismo hegemônico e à precarização do neoliberalismo em geral. A negação de valores de competitividade e individualidade demonstra como o discurso hegemônico favorece apenas uma classe, e os ativistas pontuam esse fato. O termo “empreendedor” igualmente não é tão utilizado pelos ativistas, por discordarem que trabalhadores precarizados sejam chamados de empreendedores. “Porque sinceramente para mim, MEI não é empresário, para mim alguém que tá entregando comida pro iFood, o nome daquilo ali para mim é subemprego. Nem é subemprego, é trabalho precarizado.” (Entrevistado H6)

Esse grupo então nota a problemática de romantizar a perda de direitos e a autoexploração do trabalho informal, mas, como mencionado anteriormente, o trabalho por conta própria possui duas facetas conflitantes, representando igualmente a perda de direitos trabalhistas e a precarização, assim como a possibilidade de agência e autoestima dos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores negros e periféricos.

As ambições da juventude negra periférica, de acordo com os entrevistados, não é apenas de ascensão econômica, mas sim de realizar melhorias nas vidas da periferia. As trocas entre a comunidade novamente são mencionadas, bem como a relação entre comunidade, autoestima e trabalho. É pontuado pelos ativistas que a comunidade se empodera ao se conectar, e ao ver os seus conseguindo sucesso no trabalho autônomo; as redes, apesar de seu potencial econômico, fortalecem a autoestima da comunidade preta e periférica:

Ah eu sinto que assim, o pessoal eles têm que estar em rede, porque em rede a gente vai conseguir falar das nossas angústias, trocar o que a gente pensa, um caminho que a gente não pensou o outro já tá fazendo. Então é super importante estar em rede, eu acho que, de fato, afeta muito quando você tem um crédito negado, quando você tem um orçamento nivelado por baixo pelo fato de você ser da periferia, mas eu acho que a grande questão é não desistir né? Eu acho que a gente tem que sempre manter a chama viva dessa vontade de empreender e ir para cima, não desistir. (Ativista H8)

6.4 MULHERES NEGRAS

Esse grupo de ativistas é o que consideramos mais críticos às noções de empreendedorismo hegemônico dentre os quatro grupos analisados; as mulheres negras valorizam o empreendedorismo como um veículo de empoderamento e agência para mulheres pretas e periféricas; entretanto, dentre os quatro grupos, este é o que mais tende a compreender as opressões sistêmicas e não buscar saídas individuais, monetárias ou empreendedoras como forma de libertação. Múltiplas entrevistadas comentaram sobre projetos governamentais que poderiam melhorar suas condições de vida, como apoio às mães solo ou empreendedores negros; ao invés de desejar ascensão no plano individual, elas estão inclinadas a lutar por mudanças estruturais e auxílio estatal.

As entrevistadas descrevem a realidade dura das trabalhadoras, que sofrem com inúmeras formas de instabilidade: pobreza extrema, falta de infraestrutura, baixa escolaridade, violência doméstica, pouco acesso à crédito, pouco conhecimento técnico, auxílio legal, educação financeira, precarização do trabalho informal e baixa ascensão social, entre outros fatores. Evidentemente, as ativistas compreendem que as condições adversas e a falta de acesso afetam a autoestima das trabalhadoras, até porque muitas vezes seu trabalho não é levado a sério pela sua comunidade, pelo asfalto e até mesmo pela família.

Entretanto, principalmente no grupo de mulheres negras, observamos a retroalimentação de autoestima, autonomia, trabalho e comunidade. As ativistas como um todo favorecem o papel das redes no empreendedorismo de periferia e seus efeitos palpáveis tanto no trabalho quanto na vida das trabalhadoras. As redes de solidariedade são fortalecidas e todos os envolvidos se beneficiam do trabalho como coletivo. Além disso, o trabalho em rede e o contato com trabalhadoras por conta própria se evidencia como grande potencializador; a autoestima profissional e a pessoal se fortificam através do contato com outras empreendedoras negras, e fortalecendo, assim, a comunidade, o que acarreta no aumento da autoestima coletiva. A aceitação de ancestralidade e o empreendedorismo africano se relacionam proximamente; tanto os produtos de moda afro quanto a autodeclaração como preto ou pardo ganharam um novo status tanto do ponto de vista do ativismo como do consumo nos últimos anos, assim descrevem as entrevistadas.

Em relação ao termo “empreendedor”, as ativistas que o acolhem mencionam a necessidade de aumentar a autoestima dos trabalhadores por conta própria das periferias em

geral e, mais especificamente, das mulheres negras. Entretanto, uma parte do grupo não utiliza o termo por desconforto e discordância à nova norma de precarização do trabalho, responsabilização do trabalhador, perda de direitos, falta de apoio estatal e, como a ativista M9 descreve, pelo “desfalecimento das relações de trabalho”. O grupo de mulheres negras demonstra propensão a maiores críticas sistêmicas tanto sobre o trabalho precarizado, como por como esse afeta severamente a população jovem, negra e feminina do país.

A seguir, apresentaremos algumas tendências e peculiaridades dos quatro grupos de entrevistados. Dentro os valores que conceituamos como hegemônicos, podemos destacar a valorização da competitividade, da inovação e da responsabilização dos trabalhadores. Dentre todos os grupos, os homens brancos apresentaram mais falas que simpatizam com tais valores. Ambos grupos masculinos pontuaram a valorização do consumo interno dentro das comunidades como uma resolução de problemas, algo que apontamos como responsabilização individual dos trabalhadores.

Todos os grupos, independente de raça, gênero e interseções pontuaram as dificuldades da classe autônoma, assim como os efeitos perversos das barreiras de gênero e raça numa área de trabalho já marcada pela instabilidade e falta de acesso ou mobilidade social. É relevante mencionar que as barreiras vivenciadas são sintomas de processos interdependentes de exclusão de classe, raça e gênero, que geram agravamento cumulativo ao trabalho já marcado pela precariedade (MICK; NOGUEIRA, 2023).

Os efeitos mencionados pelos entrevistados como trabalho inseguro e volátil, falta de renda, problemas de infraestrutura, pouco acesso ao crédito, baixa escolaridade e violência extrema nas periferias são manifestações evidentes do racismo e sexismo estruturais, mas não apenas isso: são impactos estruturais palpáveis da colonização e da formação do capitalismo no Brasil que, de forma simbiótica, travam a mobilidade social de minorias, das periferias e dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria. Como é pontuado por Theodoro (2022), é impossível considerar o capitalismo sem o racismo, pois as reproduções das desigualdades raciais operam como base de sustentação social e econômica no país.

As barreiras causadas pela opressão sistêmica de raça e gênero afetam não apenas a realidade material dos trabalhadores, mas também sua autoestima individual e coletiva. Como pontua Passos (2021), a racialização é intrínseca a locais de pertencimento ou não pertencimento. O papel social de indivíduos racializados enquanto trabalhadores é confinado não apenas materialmente, mas psiquicamente.

Por essa razão, a criação e manutenção de redes dentro de periferias se apresenta como uma medida essencial para os trabalhadores por conta própria. Mencionada por todos os grupos de ativistas, a união de trabalhadores por conta própria, seja de caráter econômico ou pessoal, eleva a autoestima dos indivíduos e da comunidade como um todo. O senso comunitário demonstra valores que ofuscam a lógica empreendedora, demonstrando diversas configurações de resistência contra uma prática individualista, competitiva, meritocrática e anti Estado do empreendedorismo hegemônico, e em vez disso, compartilhando conhecimento, saberes ancestrais e senso comunitário.

Como também é pontuado por todos os grupos, a criação de redes é algo benéfico para aumento de autoestima de minorias sociais, que criam um elo afetivo entre trabalho, comunidade e autoestima. Esse vínculo é frisado especialmente pelos grupos de mulheres; o trabalho realizado de forma comunitária melhora a autoestima coletiva, e afeta toda a comunidade, através do trabalho, vivência em coletivo e aumento de autonomia, o que resulta em autoafirmação, empoderamento e laços comunitários mais fortes, além de maior potência profissional.

E para finalmente examinar a pergunta principal deste trabalho, que questiona o uso do termo “empreendedor” para trabalhadores por conta própria da periferia, podemos pontuar que dentre todos os grupos, os entrevistados brancos estão mais propícios a aceitar o termo “empreendedor” para descrever os trabalhadores. Entretanto, houveram entrevistados de todos os grupos que enxergam o potencial positivo de ganho de autoestima profissional ao adotar terminologias mais positivas que “bico” ou “trabalho precarizado” para descrever as atividades por conta própria. Dentre os grupos pretos e pardos, os entrevistados que rejeitam o termo associam-o fortemente às características que descrevemos como hegemônicas: individualismo, competitividade, responsabilização e enaltecimento da perda de direitos trabalhistas como tendência geral.

A aceitação do termo “empreendedor” segue integralmente a “pirâmide da desigualdade”, em que homens brancos se encontram no topo, e mulheres negras, na base, ou seja, nas faixas de renda mais baixas, ilustrando a persistência do racismo e patriarcalismo como fatores que agravam a precariedade do trabalho informal. Assim, grupos brancos, menos marginalizados, aceitam o termo; o grupo de homens negros pontua diversas adversidades sobre a lógica empreendedora e a precarização do trabalho no capitalismo neoliberal, seguido pelas mulheres negras. O grupo mais crítico ao termo “empreendedor”,

que sofre de forma cumulativa com discriminação de raça e gênero, as mulheres negras condenam a precarização do trabalho, individualização e ausência de ações afirmativas, e como esses afetam violentamente a população jovem, negra e feminina do país.

Esta pesquisa se propôs a ilustrar algumas facetas que permeiam o empreendedorismo de periferia no Brasil; transpassando temas de opressão de classe, gênero e raça, planos governamentais de “formalizar o informal”, dicotomias entre assimilação e resistência e a importância de redes solidárias, conseguimos aprofundar um pouco sobre algumas experiências desses trabalhadores por conta própria. As diversas formas de organização social e econômica em espaços periféricos dentro do regime capitalista neoliberal é um espelho da nossa sociedade atual e consequência desse regime relativamente novo, assim como da herança de uma colônia escravocrata que não permitiu a ascensão social da maioria de sua população por séculos.

Todavia, compreender as múltiplas dicotomias do empreendedorismo periférico não é apenas compreender como o capitalismo neoliberal afeta as suas maiores vítimas, mas também para ressaltar as formas de resistência que esses grupos organizam. Verônica Gago (2018) nos relembra da existência do neoliberalismo “de baixo para cima”, que representa uma mistura complexa de processos que se contrastam e conflitem, expressando novas dinâmicas de resistência.

Os novos modelos criados pelo conflito entre assimilação e rejeição da hegemonia é o que demonstra a complexidade da ocupação de espaços periféricos. Para uma análise mais abrangente da informalidade como um processo cultural complexo, é necessário compreender esses conflitos como processos interligados, que se influenciam e contrastam, assim conduzindo a variantes ou outros modelos a partir de seus afastamentos e aproximações filosóficas e políticas (CORREIA; GAIGER, 2010 apud MICK; NOGUEIRA, 2023).

Afinal, todos os grupos entrevistados expressam os conflitos entre assimilação e rejeição da hegemonia e as complexidades de rejeitar as filosofias de um sistema opressor enquanto ainda se tenta navegá-lo. Os estudos de Gago (2018) que basearam essa pesquisa viram o foco para as resistências que são organicamente utilizadas nas práticas do trabalho por conta própria, transformando esse sistema a partir de vivências populares, saberes comunitários, identidades diversas e autogestão.

Por esse motivo, consideramos a criação e manutenção de redes como o ponto mais forte de resistência ao sistema hegemônico que foi exposto nesta pesquisa. A vivência

comunitária, identidades diversas e autogestão são partes importantes de uma organização que rejeita as normas hegemônicas. Mick e Nogueira (2023) igualmente encontram efeitos positivos da organização coletiva em sua pesquisa, que cria laços de afeto, partilha e (re)construção de narrativas próprias a partir da ancestralidade e autoafirmação, unindo dores advindas da precariedade com superação e luta.

Finalmente, a partir dessa pesquisa fizemos a análise e exposição de algumas das formas de organização dos trabalhadores autônomos de periferias, que se apropriam de algumas facetas do empreendedorismo hegemônico, enquanto rejeitam, mancham, transfiguram e transformam outras. Theodoro (2022) coloca que a sociedade não é um bloco monolítico; através das contradições, embates e (re)construções no trabalho por conta própria de periferias conseguimos ter uma visão singular das incoerências que permeiam a vida daqueles mais marginalizados e afetados por um sistema excludente. Os entrevistados sentem de forma palpável que essa lógica empreendedora e o próprio sistema econômico global são culpados pelos efeitos materiais e imateriais de sua marginalização cumulativa. Da mesma maneira, eles sentem, pensam, imaginam e organizam novas formas de se apropriar, transformar e ressignificar essa lógica e até mesmo o sistema para algo que os lhe represente; represente mais oportunidades, qualidade de vida, realização, ancestralidade e afeto.

7. REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração?: uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 933-955, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1081>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 111-126, jan-jun 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, p. 1-21, 2020.

ABRAMO, Lais. **Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina**. Serie Políticas Sociales, N° 240 (LC/TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

AMORIM, Henrique *et al.* O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**,

São Carlos, v. 11, n. 3, p. 845-874, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1080>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BONFIM, Rainer; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; ROCHA, Marina Souza Lima. **Pesquisa-ação como metodologia e interseccionalidade(s) como método-praxis: rupturas dentro dos paradigmas da ciência moderna que criam espaços de construções dialógicas dentro do campo jurídico**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 6, n. 02, p.269, 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13922>. Acesso em: 2 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre *et al.* A miséria do mundo. 4. ed. **Petrópolis**: Petrópolis, 2001. Tradutores: Mateus S. Soares Azevedo Jaime A. Clasen Sérgio H. de Freitas Guimarães Marcus Antunes Penchel Guilherme J. de Freitas Teixeira Jairo Veloso Vargas.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **The University of Chicago Press**, v. 38, n. 4, jun. 2013, pp. 785–810. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/669608>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Corrochano, M. C., Souza, R., & Abramo, H. (2019). JOVENS ATIVISTAS DAS PERIFERIAS: EXPERIÊNCIAS E ASPIRAÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO. **Revista Trabalho Necessário**, 17(33), 162-186.

CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 12, n.3, p. 827-848, 12 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1178>.

Acesso em: 02 mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: **Boitempo**, 2016. Tradução de Mariana Echalar.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; MAGALHÃES, Bruno; CALDAS, Mariana; MATOS, Francisco (org.). **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos vol. ii. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2019. p. 67-94. Disponível em:

[http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20\(1\).pdf#page=1](http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20(1).pdf#page=1).

Acesso em: 03 mar. 2024.

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n.3, set - dez. 2021, pp. 821-844. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1067>. Acesso em: 03 mar. 2024.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho. 2023. **Blog do Instituto Brasileiro de Economia da FGV**. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 03 mar. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2006. p. 179-206.

GAGO, Verónica. A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: **Elefante**, 2018. 372 p. Tradução de Igor Peres.

GAGO, Verónica. Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 957-970: Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1142>. Acesso em: 03 mar. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Petrópolis**: Vozes; 1993. p. 79-108.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. 2. ed. São Paulo: **Editora Vozes**, 2021.

HARRIS, Jessica C. e PATTON, Lori D. Un/Doing Intersectionality through Higher Education Research. **The Journal of Higher Education**, v. 90, dez. 2019, pp. 347-372.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00221546.2018.1536936?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em 03 mar. 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023. Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023.

LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 791-820. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1071>. Acesso em: 03 mar. 2024.

LIMA, Jacob Carlos e OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1062>. Acesso em: 03 mar. 2024.

LINDÔSO, Raquel; LEITE, Márcia; COSTA, Henrique. A ressignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: entrevista com Christian Azaïs e Quentin Chapus. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 971-987, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1073>. Acesso em: 03 mar. 2024.

LUTZ, Helma. Intersectionality as Method. **DiGeSt** - Journal of Diversity and Gender Studies, v. 2, n. 1-2, 2015, pp. 39-44. Disponível em: <https://doi.org/10.11116/jdivegendstud.2.1-2.0039>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MACKINNON, Catharine A. Intersectionality as Method: A Note. **The University of Chicago Press**, v. 38, n. 4, 2013, pp. 1019–30. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/669570>. Acesso 03 mar 2024.

MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos. VIVER POR CONTA PRÓPRIA: como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras. Florianópolis: **Fundação Perseu Abramo**, 2022. 247 p.

MÜLLER, Henrique da Rosa. **O LUGAR DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**: a informalidade, as desigualdades raciais e o racismo estrutural. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

PASSOS, A. L. **Informalidade no Brasil**: a sua especificidade racial entre a classe trabalhadora. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e021017, 2021. DOI: 10.20396/cemarx.v14i00.15372. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15372>. Acesso em: 2 mar. 2024.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: **Intrínseca**, 2014.

SIQUEIRA, Isabel Rocha de. Contribuições da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de *et al* (org.). **Metodologia e Relações Internacionais**: debates contemporâneos vol. ii. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2019. p. 95-123.

SOUZA, Larissa Maria Guimarães de; SOUZA, Pedro Lucas Duarte de. **A IMPORTÂNCIA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA OS TRABALHADORES INFORMAIS E PARA ECONOMIA BRASILEIRA**. 2021. 28 p. Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Metropolitana de Anápolis, Anápolis, 2021.

THEODORO, Mário. A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do brasil. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2022.